



Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Projeto 914BRZ4020

Fortalecimento e Modernização das Políticas Públicas de Cultura no DF

PRODUTO 1

Autoria: Viviane Panelli Sarraf

Junho de 2022

Secretaria de
Cultura e
Economia Criativa



Viviane Panelli Sarraf

**Consultoria para fortalecimento e
modernização das medidas de acessibilidade
para promoção do direito da cultura às
pessoas com deficiência**

**Produto 1 - Levantamento sobre
acessibilidade relacionada às políticas
culturais e melhores práticas**

Documento técnico com levantamento sobre acessibilidade relacionada as políticas culturais e melhores práticas para promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência no âmbito cultural contendo: análise e a compilação de legislação nacional e distrital; principais pesquisas científicas; identificação de barreiras e dificuldade comumente encontradas pelo público com deficiência, melhores práticas relativas à acessibilidade na promoção, difusão e acesso à informação de bens, serviços culturais e de políticas de acesso voltadas a agentes culturais com deficiência; e a metodologia utilizada para a elaboração dos demais produtos da consultoria.

São Paulo – SP

Ficha Técnica

SARRAF, Viviane Panelli

Produto 1/5

Total de Folhas: 71

Supervisora: Lais Alves Valente

Secretaria de Estado de Cultura e Economia

Criativa

Governo do Distrito Federal

Palavras-Chave: acessibilidade cultural; informação acessível; agentes culturais com deficiência, SECEC-DF, UNESCO.

Esta obra é licenciada sob uma Licença *Creative Commons - Atribuição Não Comercial, SemDerivações, Versão 4.0 Internacional*.

Sumário

1. Apresentação.....	p.05
2. Acessibilidade Cultural – Definição e discussões atuais.....	p.06
3. Legislação nacional e distrital aplicável, especialmente a Lei Complementar nº 934/2017 e a Portaria nº 100/2018-SECEC.....	p.09
4. Pesquisas científicas mais relevantes sobre transmissão de informação acessível ao público com deficiência.....	p.25
5. Barreiras comumente encontradas pelo público com deficiência quanto às informações sobre os diferentes bens, serviços e ações relacionadas à cultura.....	p.39
6. Melhores práticas nacionais e internacionais sobre como transmitir informação acessível ao público com deficiência, em especial à fruição de bens e serviços culturais.....	p.43
7. Melhores práticas nacionais e internacionais sobre promoção, difusão e fomento às políticas públicas de cultura que tenham como alvo agentes culturais com deficiência.....	p.59
8. Metodologia a ser utilizada para a elaboração dos demais produtos da consultoria.....	p.67
9. Referências.....	p.70

1. Apresentação

O documento aqui apresentado, consiste no Produto 1 que compõe a consultoria para fortalecimento e modernização das políticas públicas de cultura no Distrito Federal, especificamente na temática das medidas de acessibilidade para promoção do direito da cultura às pessoas com deficiência.

Trata-se de um relatório técnico com levantamento sobre acessibilidade relacionada as políticas culturais e melhores práticas para promoção de acessibilidade para pessoas com deficiência no âmbito cultural contendo:

- Apresentação e fundamentação atualizada sobre o conceito de acessibilidade cultural; análise e a compilação de legislação nacional e distrital relacionadas as políticas públicas de acessibilidade cultural e garantia dos direitos das pessoas com deficiência no acesso aos bens, serviços e ações culturais;
- Apresentação e análise das principais pesquisas científicas que embasam a elaboração de projetos voltados a garantia do direito de acesso a cultura para pessoas com deficiência, com ênfase no acesso a informação produzida pelos órgãos e instituições culturais;
- Identificação, descrição e problematização das barreiras e dificuldade comumente encontradas pelo público com deficiência no acesso aos bens, serviços e ações culturais, especificamente relacionados as barreiras de informação;
- Levantamento, apresentação e descrição das melhores práticas internacionais e nacionais relativas à acessibilidade na promoção, difusão e acesso à informação de bens e serviços culturais e as políticas de fomento a produção cultural para artistas, pesquisadores, educadores e produtores culturais com deficiência;
- Metodologia utilizada para a elaboração dos demais produtos que compõe essa consultoria.

2. Acessibilidade Cultural: conceituação e discussões atuais

O público das instituições culturais é constituído por PESSOAS, que por sua vez apresentam diferenças e diversidades neurológicas, físicas, sensoriais, intelectuais, sociais, linguísticas, culturais, de faixa etária, de condições de saúde, financeiras, entre tantas outras que caracterizam o ser humano e o conceito de comunidade. Conforme preconizam Ruiz e Lledó sobre o público dos museus:

Algo que caracteriza a la sociedad es precisamente su diversidad, que es la norma y no la excepción de la dimensión humana...por tanto, no se trata de integrar en el museo a los que son diferentes, sino de partir del hecho de que todos los somos, todos tenemos capacidades y necesidades diferentes y aportamos a la sociedad experiencias únicas derivadas de los valores individuales" (RUIZ; Lledó, 2013 p. 19)

No Brasil, segundo o Censo do IBGE 2010, aproximadamente 24% da população tem alguma deficiência, e nesse número não estão considerados os idosos, gestantes, pessoas com obesidade e as pessoas com outras limitações de mobilidade, de comunicação, percepção, sejam permanentes ou temporárias, pessoas com limitações transitórias (que sofreram algum acidente ou enfrentam sequelas de quadros de doenças), crianças pequenas e famílias com crianças pequenas, o que resulta em aproximadamente 40% da população.

Também se faz necessário considerar que a essas pessoas se somam seus parentes, colegas de trabalho e estudo e amigos, uma vez que as visitas a espaços culturais e o turismo são atividades geralmente realizadas em grupos de família, amigos, escola e universidade.

Dessa forma o conceito de “minoria” bastante utilizado como escusas para a não implementação de programas, ações e adequações de acessibilidade pelas instituições culturais, não corresponde a realidade.

De acordo com Camila Alves Araújo, psicóloga, educadora de museus e pesquisadora com deficiência visual:

As minorias são multidões cuja organização desestabiliza o consenso das maiorias e sua ordem política. Nesse caso, minoria não representa apenas a expressão numérica daqueles grupos que não se enquadram no padrão estabelecido pelo senso comum da maioria, mas, intensivamente, minorias são a respiração vital da maioria, ou seja, elas formam um “devir minoritário” que diz respeito a todos, até mesmo aqueles indivíduos que parecem encarnar o modelo de Alguém para a

maioria e constroem sua variação em torno do padrão vigente.
(ALVES, 2020 p. 50)

O conceito de Acessibilidade Cultural, pautado na definição de acessibilidade universal e nos princípios do Desenho Universal, tem como premissa a extensão dos benefícios, das adequações e das concepções para outras parcelas da população além do público de pessoas com deficiência e neurodiversidades.

A definição de Acessibilidade Cultural apresentada desde 2013 pela fundadora da Museus Acessíveis, pesquisadora e professora Viviane Sarraf, em aulas, conferências e textos, afirma que trata-se: “Um conjunto de adequações, medidas e atitudes que visam proporcionar bem estar, acolhimento e acesso a fruição cultural para pessoas com deficiência beneficiando públicos diversos”.

A extensão dos benefícios conquistados com base nas necessidades e escuta das pessoas com deficiência e neurodiversidades para outros públicos é um aspecto crucial das ações, programas e práticas pautadas no conceito de Acessibilidade Cultural.

Dessa forma, para que os equipamentos culturais afirmem sua função social e sejam de fato inclusivos é necessário ir além da recepção desse público em ações educativas, é fundamental garantir sua plena participação e representatividade nos processos de gestão das instituições, prioritariamente no desenho das políticas institucionais, nas ações de curadoria e difusão do patrimônio seja ele material ou imaterial.

Também se faz necessário garantir a escuta e o protagonismo de representantes dessa população, e de outras que não são consideradas na gestão da cultura e do patrimônio (pessoas LGBTI+, afrodescendentes, indígenas, refugiados, apátridas, de baixa-renda e escolaridade) na criação de políticas culturais inclusivas pautadas na democratização do patrimônio científico.

O compromisso com a democratização da cultura deve considerar a acessibilidade em uma abordagem multidisciplinar, isso é, assegurar o direito de todos os públicos, especialmente das pessoas com deficiência, considerando todo o processo histórico de exclusão dessa população dos ambientes culturais, pelas mais diversas razões e o não reconhecimento e acolhimento de suas diferenças físicas, sensoriais e intelectuais. Trata-se de uma nova concepção acerca da ação cultural que admite que é possível elaborar estratégias de comunicação e pertencimento pautadas no acesso livre de barreiras; na percepção multissensorial por meio da

visão, da audição, do tato, do olfato, do paladar; da compreensão por meio de diferentes graus de cognição e da fruição despretensiosa que não pressupõe nenhum tipo de repertório ou conhecimento científico prévio.

A garantia da acessibilidade e dos direitos das pessoas com deficiência ao patrimônio tem amparo legal em grande parte dos países do mundo, uma vez que ao assinarem o protocolo facultativo da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU se comprometeram a fazer com que os direitos ali deliberados ganhassem força constitucional. Sobre o poder compulsório das legislações nacionais Ruiz e Lledó afirmam que:

El acceso al patrimonio natural y cultural es un derecho amparado por las leyes, aunque raramente las personas con discapacidad y con riesgo de exclusión social lo pueden ejercer en los museos y exposiciones, a pesar de que la puesta en valor del patrimonio también se paga a través de sus impuestos y los de sus familias. La museología y la museografía que no son accesibles e inclusivas, por tanto, no solo son injustas, sino que contravienen la legalidade. (RUIZ; LLEDÓ, 2013 p. 19)

No Brasil, presenciamos um movimento intenso dos museus e espaços culturais para adequarem seus espaços físicos, exposições, ações educativas e programas públicos para atendimento a população com deficiência tanto para atender o Decreto da LBI 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão com um capítulo dedicado exclusivamente ao Acesso a Cultura, quanto para afirmar seu compromisso social frente as demandas do público, que por meio de figuras representativas como formadores de opinião e influenciadores digitais milita por mais recursos de acessibilidade, por participação e por representatividade nas coleções museológicas, nas exposições, espetáculos e programações culturais em geral.

3. Legislação Nacional e Distrital Aplicável relacionadas a garantia de acesso aos equipamentos e ofertas culturais e aos direitos culturais das pessoas com deficiência

Nesse item iremos apresentar e analisar o principais documentos de lei brasileiros, em âmbito federal e distrital (do Distrito Federal), que tratam de questões relacionadas à acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência no âmbito das ofertas culturais, sejam em termos físicos, comunicacionais, de acesso a informação, de acessibilidade atitudinal, inclusão profissional, participação, fomento a formação artística e cultural e outras dimensões de acessibilidade conforme o alcance do conceito de acessibilidade cultural.

Importante ressaltar que não existe uma Política Pública de Acessibilidade Cultural em âmbito Federal ou em outros Estados brasileiros até o presente momento, o que torna Portaria nº 100/2018-SECEC, pioneira.

Nesse sentido para além do cumprimento da legislação, o exercício pleno das diretrizes presentes nessa legislação, bem como na Lei Complementar nº 934/2017 – Lei Orgânica de Cultura, se fazem extremamente importantes para fomentar legislação semelhante em âmbito nacional.

Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, a LBI 2015 é baseada no texto da Convenção da ONU pelos Direitos das Pessoas com Deficiência e nas legislações anteriores a respeito dos direitos da pessoa com deficiência (Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009).

Apresenta inovações a respeito dos direitos à autonomia na vida pessoal e profissional para as pessoas com deficiência, sobretudo para as pessoas com deficiência intelectual.

Possui um capítulo exclusivamente dedicado ao acesso à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, que apresenta as principais diretrizes relacionadas a

promoção de acessibilidade nos espaços culturais conforme citado a seguir:

“CAPÍTULO IX

DO DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE, AO TURISMO E AO LAZER

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I - a bens culturais em formato acessível;

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e

III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

§ 1º É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

§ 2º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 43. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo:

I - incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

II - assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e

III - assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 44. Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, observado o disposto em regulamento.

§ 1º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, em todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.

§ 2º No caso de não haver comprovada procura pelos assentos reservados, esses podem, excepcionalmente, ser ocupados por pessoas sem deficiência ou que não tenham mobilidade reduzida, observado o disposto em regulamento.

§ 3º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem situar-se em locais que garantam a acomodação de, no mínimo, 1 (um) acompanhante da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, resguardado o direito de se acomodar proximamente a grupo familiar e comunitário.

§ 4º Nos locais referidos no

caput

deste artigo, deve haver, obrigatoriamente, rotas de fuga e saídas de emergência acessíveis, conforme padrões das normas de acessibilidade, a fim de permitir a saída segura da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em caso de emergência.

§ 5º Todos os espaços das edificações previstas no

caput

deste artigo devem atender às normas de acessibilidade em vigor

6º As salas de cinema devem oferecer, em todas as sessões, recursos de acessibilidade para a pessoa com deficiência.

§ 7º O valor do ingresso da pessoa com deficiência não poderá ser superior ao valor cobrado das demais pessoas.”

Até o presente momento não há legislação em nível Federal que suceda a LBI,

dessa forma, são as obrigatoriedades nela presentes que permanecem constitucionais. Apesar da inexistência de uma Política Nacional de Acessibilidade Cultural podemos concluir que o texto do capítulo 9, acima citado em sua quase integridade (com a exclusão apenas das obrigatoriedades nos estabelecimentos de hospedagem comercial), apresenta um nível de detalhamento que corrobora com a criação de políticas públicas, em diferentes níveis, bem como institucionais.

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 que ratifica a Convenção da ONU pelos Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006 (Protocolo facultativo assinado pelo Governo Federal em 2007) - Versão comentada publicada pela CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência) – Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Governo Federal)

Trata-se de versão traduzida para língua portuguesa e comentada da Convenção redigida pela ONU que garante os direitos das pessoas com deficiência nas mais diversas esferas sociais. Tem caráter obrigatório, uma vez que a Presidência da República assinou o Protocolo Facultativo na sede da ONU em Nova York em 2007.

Aborda as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, que são capazes de reivindicar e tomar decisões para as suas vidas com base em um consentimento livre e esclarecido, bem como de ser membros ativos da sociedade.

Entre as obrigações dos Estados parte, presentes no Artigo 4º consta que: “Em relação aos direitos econômicos, sociais e culturais, cada Estado Parte se compromete a tomar medidas, tanto quanto permitirem os recursos disponíveis e, quando necessário, no âmbito da cooperação internacional, a fim de assegurar progressivamente o pleno exercício desses direitos, sem prejuízo das obrigações contidas na presente Convenção que forem imediatamente aplicáveis de acordo com o direito internacional.”

Já no artigo 21º sobre o Acesso a informação declara a obrigatoriedade dos Estados Partes em:

“a. Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas

- as informações destinadas ao público em geral em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
- b. Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, Braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;
 - c. Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da Internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência;
 - d. Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;
 - e. Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais.”

O Artigo 30º é dedicado exclusivamente a pauta da participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte. Sobre o acesso a cultura constam as seguintes diretrizes:

“1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:

- a. Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;
- b. Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e
- c. Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e pontos turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter o acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.

2. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade.

3. Os Estados Partes deverão tomar todas as providências, em conformidade com o direito internacional, para assegurar que a legislação de proteção dos direitos de propriedade intelectual não constitua barreira excessiva ou discriminatória ao acesso de pessoas com deficiência a bens culturais.

4. As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada incluindo as línguas de sinais e a cultura surda.”

Analisando as citações dos artigos acima, podemos concluir, que, a partir da assinatura do protocolo facultativo da Convenção, os países signatários devem garantir os direitos culturais e de acesso a informação para pessoas com deficiência, por meio da inclusão das novas diretrizes em seus instrumentos de lei, bem como nas ações práticas, corroborando com iniciativas de formação e informação acerca dos direitos dessa população em nível nacional.

Decreto 5296/2004 - Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000

O decreto aborda as condições gerais de acessibilidade para a população de pessoas com deficiência, torna compulsória a garantia de acessibilidade nos projetos arquitetônicos e urbanísticos pautada na Norma Brasileira de Acessibilidade NBR 9050 e garante o atendimento prioritário, a acessibilidade universal em diversas esferas como transporte, habitação, bens culturais imóveis e acesso à comunicação e informação. Esse foi o primeiro texto de lei a tratar do acesso aos bens culturais imóveis.

No Capítulo III sobre as Condições Gerais de Acessibilidade trata sobre o acesso a informação: “d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;”

No Artigo 23 trata da reserva de assentos para pessoas com deficiência em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos, conferências e similares “serão reservados espaços livres para pessoas em cadeira de rodas e assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, conforme o disposto no art. 44 § 1º, da Lei 13.446, de 2015.”

No Artigo nº 30 afirma que as soluções destinadas à eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade a todos os bens culturais imóveis devem estar de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa nº 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, de 25 de novembro de 2003.

Instrução Normativa nº 1, de 25 de novembro de 2003

Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal. É o primeiro e único documento com especificação de adequações de acessibilidade em edifícios tombados pelo IPHAN – Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Foi redigida por um grupo de técnicos especializados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e regulamentada pelo decreto 5296/2004 como documento de orientação para garantia de Acessibilidade aos Bens Culturais Imóveis.

Segundo o texto da Normativa, todas as adequações de acessibilidade física, comunicacional e de acesso a informação podem ser implementadas, desde que não descaracterizem os aspectos testemunhais das edificações históricas, podendo agregar elementos do tempo presente, segundo as normas e legislações nacionais.

Importante ressaltar que a interpretação dessa normativa, bem como das adequações de acessibilidade obrigatórias segundo a legislação mais atual - LBI 2015 e Convenção da ONU 2006 - em edificações históricas e/ou tombadas por diferentes órgãos de preservação, nem sempre é realizada de forma adequada, com a consideração dos direitos culturais das pessoas com deficiência, o que muitas vezes resulta no total impedimento da aplicação das adequações de acessibilidade, mesmo que estas não descaracterizem o valor testemunhal dos espaços em questão.

ABNT-NBR 9050:2020 Norma Brasileira de Acessibilidade

Versão mais atual, última revisão, da Norma Brasileira de Acessibilidade. Trata das adequações de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Explicita em detalhes todos os requisitos de adequações de acessibilidade física e sinalização acessível para edificações, mobiliário e elementos urbanos. A publicação da primeira versão dessa norma ocorreu no ano de 1984. Foi regulamentada pelo Decreto Lei 5296 em 2004. Recebe revisões e atualizações periódicas feitas voluntariamente por especialistas nas áreas de arquitetura, desenho universal, acessibilidade, inclusão social, engenharia, empresas da área de sinalização acessível e adequações de acessibilidade física e comunicacional e membros da sociedade civil.

Na versão de 2020 constam adequações básicas de acessibilidade universal para espaços culturais como: Bens tombados; Cinemas, teatros, auditórios e similares; Locais de exposições; e Bibliotecas e centros de leitura. As adequações sugeridas estão de acordo com as diretrizes presentes na LBI 2015 e Convenção da ONU 2006.

“10.2 Bens tombados

10.2.1 Todos os projetos de adaptação para acessibilidade de bens tombados devem obedecer às condições descritas nesta Norma, compatibilizando soluções com os critérios estabelecidos por órgãos legisladores, e sempre garantindo os conceitos de acessibilidade.

10.2.2 No caso de sítios, áreas ou elementos considerados inacessíveis ou com visitação restrita, deve-se garantir o acesso por meio de informação visual, auditiva ou tátil das áreas ou dos elementos cuja adaptação seja impraticável, com divulgação das condições de acessibilidade do bem patrimonial informadas com antecedência ao visitante e vinculadas a todo material publicitário.

10.3 Cinemas, teatros, auditórios e similares

10.3.1 Gerais

Os cinemas, teatros, auditórios e similares, incluindo locais de eventos temporários, mesmo que para público em pé, devem possuir, na área destinada ao público, espaços reservados para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, atendendo às seguintes condições:

- a) estar localizados em uma rota acessível vinculada a uma rota de fuga;
- b) estar distribuídos pelo recinto, recomendando-se que seja nos diferentes setores e com as mesmas condições de serviços, conforto, segurança, boa visibilidade e acústica;
- c) ter garantido no mínimo um assento companheiro ao lado de cada espaço reservado para pessoa com deficiência e dos assentos destinados às P.M.R. e P.O.;
- d) estar instalados em local de piso plano horizontal;
- e) ser identificados no mapa de assentos localizados junto à bilheteria e sites de divulgação; nas cadeiras para P.D.V., P.M.R. e P.O. e no piso do espaço reservado para P.C.R, nos padrões definidos em 5.3 e 5.5.2.2;
- f) devem ser disponibilizados dispositivos de tecnologia assistiva para atender às pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência auditiva;
- g) devem ser garantidas disposições especiais para a presença física de intérprete de Libras e de guias-intérpretes, com projeção em tela da imagem do interprete sempre que a distância não permitir sua visualização direta;
- h) atender à ABNT NBR 15599.

10.7 Locais de exposições

10.7.1 Todos os elementos expostos para visitação pública devem estar em locais acessíveis.

10.7.2 Os elementos expostos, títulos e textos explicativos, documentos ou similares devem atender ao descrito na Seção 5.

10.7.3 Os títulos, textos explicativos ou similares às informações citadas devem estar em Braille ou ser transmitidos de forma sonora.

10.16 Bibliotecas e centros de leitura

10.16.1 Nas bibliotecas e centros de leitura, todo o mobiliário deve atender à Seção 9.

10.16.2 Pelo menos 5 %, com no mínimo uma das mesas, devem ser acessíveis, conforme Seção 9.

Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade.

10.16.3 A largura livre nos corredores entre estantes de livros deve ser de no

mínimo 0,90 m de largura, conforme Figura 153. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se atender às necessidades de espaço para circulação e manobra, conforme 4.3.

10.16.4 A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais, conforme Seção 4.

10.16.5 As bibliotecas devem garantir recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio, conforme definido em legislação específica (ver [3] e [7] da Bibliografia). Recomenda-se que possuam também publicações em Braille.

10.16.6 Pelo menos 5 % do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis à P.C.R. e P.M.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10 % sejam adaptáveis para acessibilidade.”

ABNT. NBR 16537:2016. Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação.

Norma complementar a ABNT-NBR 9050:2020 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, que trata especificamente do uso e aplicações de sinalização espacial para pessoas cegas e com baixa-visão por meio do uso de piso tátil em diferentes espaços, considerando seu uso específico.

ABNT - NBR 15599 - Acessibilidade - Comunicação na Prestação de Serviços, 2008 - Norma complementar a ABNT-NBR 9050.

Oferece diretrizes que garantem o acesso aos mais diversos ambientes e serviços com garantia de acessibilidade comunicacional para pessoas com diferentes deficiências, prioritariamente visuais, auditivas e pessoas com surdocegueira.

Há capítulos específicos sobre Atendimento a Informação, Informação com Redundância; Museus, exposições e espaços culturais; Bibliotecas e centros de informática de uso público; Publicações e impressos e Espetáculos e programações envolvendo sons e imagens.

O conteúdo dessa Normativa será utilizado e mencionado com frequência nos demais produtos que compõem essa consultoria.

Plano Nacional de Cultura, 2010 – Na meta 29, afirma que em um prazo de 10 anos, desde sua publicação, a totalidade de espaços culturais (100%) devem estar acessíveis as pessoas com deficiência, tanto no aspecto físico, quanto na programação cultural oferecida.

“29 - Meta: 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência. Garantir que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos espaços culturais, seus acervos e atividades”

Entretanto, como já é de conhecimento amplo, a meta 29 não foi plenamente cumprida no prazo inicialmente estabelecido. Segundo o último relatório de monitoramento do PCN publicado em 2020, a meta em questão foi considerada insatisfatória, por ter atingido menos de 50% de seu cumprimento e nesse cenário.

Entre os equipamentos culturais que perfazem o objeto dessa meta, os museus brasileiros representam 39% de sua totalidade com adequações legais de acessibilidade, enquanto os centros culturais 13% de sua totalidade e as bibliotecas públicas 9% .

Mesmo com a prorrogação do prazo para cumprimento das metas do PNC para dezembro de 2022, segundo a Medida Provisória 1012/2020, não há garantia de a totalidade das metas serão concluídas.

Plano Nacional Setorial de Museus, 2010

No Eixo II Cultura, cidade e cidadania, afirma que as propostas convergem para (entre outros): “A preparação do ambiente legal e dos museus de forma a garantir plano e práticas de acessibilidade universal.”

Entre os Temas Transversais do Plano, consta a temática “Acessibilidade e

sustentabilidade ambiental: Desenvolvimento de capacidades técnicas específicas e de recursos financeiros para que os museus realizem as adaptações necessárias em atendimento aos requisitos de acessibilidade e sustentabilidade ambiental; e, ao mesmo tempo, possam promover ações de promoção de consciência crítica junto a seu público e à comunidade onde está inserido.”

Legislação Distrital – Distrito Federal

Principais documentos de lei que tratam do acesso aos espaços culturais e ao acesso as informações sobre a área de cultura do Distrito Federal.

Lei Complementar nº 934/2017 – A legislação em questão apresenta priorização de garantia do acesso aos equipamentos e programação cultural do Distrito Federal para pessoas com deficiência. Logo nas primeiras páginas especifica a aderência ao Plano Nacional de Cultura (2010) e as diretrizes de acessibilidade universal promulgadas na Lei Brasileira de Inclusão (2015), com capítulo específico destinado ao Acesso a Cultura. É possível constatar que nas diversas instâncias de atuação e participação da SECEC-DF, bem como de órgãos e conselhos afiliados a mesma, há priorização da promoção de acessibilidade as pessoas com deficiência, garantia de participação em conselhos e comissões de cultura no âmbito distrital e na formação e acesso a informação destinados aos agentes culturais com deficiência.

A seguir destaco alguns trechos do texto da lei que se referem a afirmação acima.

Em seu artigo 3º declara, no 12º princípio do SAC – Sistema de Arte e Cultura do DF: “acessibilidade para eliminação das barreiras comunicacionais, tecnológicas, urbanísticas, arquitetônicas, de mobilidade urbana, nos transportes que fazem acesso aos locais, entre outros, para garantir a efetiva inclusão das pessoas com deficiência nas políticas, nos projetos e nos espaços culturais, tanto no acesso a bens e serviços culturais como na produção de arte e cultura;”

Em seu artigo 4º afirma, no 2º objetivo do SAC: “promover a formação artístico-cultural, a capacitação profissionalizante, a ampliação das artes e da cultura inclusivas, o aperfeiçoamento e o intercâmbio entre gestores culturais, produtores, pesquisadores, artistas e outros profissionais da cultura, dando prioridade aos

artistas com deficiência e aos estabelecidos no Distrito Federal;”

Consta do 2º Capítulo, Seção 1, Art. 7º sobre as responsabilidades do órgãos de coordenação do SAC-DF que devem: “III – publicar, de forma acessível, editais para execução de políticas e ações culturais, inclusive editais de apoio direto com formato de premiação ou de financiamento da realização”, o que corrobora com o direito de acesso as oportunidades de financiamento e fomento a cultura para artistas e produtores culturais com deficiência e com a Política Nacional de Escrita Simplificada, aprovada, e com projeto de lei em revisão, em maio de 2022.

No capítulo 3, Seção I, artigo 10º, sobre o Conselho de Cultura do Distrito Federal, consta que: “O CCDF tem uma câmara consultiva permanente de acessibilidade, composta por 7 membros da sociedade civil, sendo 4 pessoas com deficiência e 3 representantes das pessoas com deficiência, todos com comprovado saber e atuação na área cultural do Distrito Federal, indicados por entidades representativas e referendados pelo CCDF, sendo que a participação nessa câmara é considerada prestação de serviço público relevante e não enseja remuneração.” Dessa forma o Conselho deve conhecer e analisar todas as ações da Secretaria e dos espaços culturais a ela vinculados, para indicação de providências necessárias para que as adequações de acessibilidade universal sejam adotadas.

Na subseção III sobre os Comitês Macrorregionais de Cultura, o artigo 22 referente a composição dos mesmos, delibera que sejam formados por: “ 2 representantes de cada CRC pertencente à macrorregião, sendo 1 deles pessoa com deficiência, do segmento de arte e cultura inclusiva”.

O texto de Lei também declara, na Seção III, que o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal, deve ter entre os 22 membros que o compõem, no mínimo 1 pessoa com deficiência, do segmento de arte e cultura inclusiva, bem como nos Colegiados Setoriais de Cultura na Seção IV, que também garante “a acessibilidade em todos os colegiados para participação de artista e produtor cultural com deficiência.” (Artigo 28 - § 6º)

Sobre a Conferência de Cultura do DF, também consta do texto: “§ 5º É obrigatória a publicação de anais com registro e memória da CONC-DF e das conferências regionais, depositados no repositório de dados do SIIC-DF e na Biblioteca Nacional de Brasília e amplamente divulgados para a sociedade civil, **inclusive em formatos acessíveis**” e “§ 6º A Secretaria de Cultura divulga relatório sobre cumprimento das diretrizes estabelecidas nas Conferências e metas do Plano

de Cultura bianualmente, o qual é debatido com a sociedade civil em seminário aberto ao público, atendendo-se aos requisitos legais de acessibilidade, conforme prevê a Lei federal nº 13.146, de 2015.”

No capítulo III relativo ao Sistema de Informação e Indicadores Culturais, constam as seguintes diretrizes relacionadas ao acesso a informação. Que:

II – Portal da Cultura do Distrito Federal, plataforma virtual com conteúdo em formato acessível, que visa:

- a) mapear sujeitos e grupos artísticos e culturais, profissionais da cultura, espaços e equipamentos culturais públicos e privados, ações culturais, festividades e celebrações, empresas culturais e dados dos inventários de bens de valor patrimonial material e imaterial;
- b) promover o acesso à informação;
- c) divulgar e dar publicidade à produção cultural, com atenção à diversidade das manifestações culturais;
- d) contribuir para difusão, circulação e fruição de bens e serviços culturais, em todos os formatos, inclusive acessíveis;

E que os seminário sobre Informações e Indicadores em Cultura do Distrito Federal, realizado a cada 4 anos, para promover debates sobre diagnósticos, informações e indicadores culturais, contemplem a acessibilidade.

No Capítulo IV – sobre a Rede de Formação, Qualificação e Profissionalização Cultural Do Distrito Federal consta, entre seus objetivos a: “qualificação, capacitação e profissionalização, por meio de processos formativos e recursos educacionais abertos em áreas técnicas específicas, artísticas, culturais, de inclusão, acessibilidade e diversidade da produção e da gestão”; “qualificação de grupos em vulnerabilidade social para inclusão sócio-produtiva por meio da arte e da cultura, em especial jovens, egressos do sistema prisional, pessoas com deficiência e idosos;” e “qualificação, capacitação e profissionalização para arte inclusiva, ampliando a acessibilidade da arte e da cultura no Distrito Federal e o acesso aos meios de produção para artistas e produtores que sejam pessoas com deficiência.”

Em relação ao Financiamento a Cultura consta em parágrafo único que: “Os segmentos artísticos e culturais contemplados pelo financiamento devem promover arte inclusiva e fomentar produções culturais artísticas das pessoas com deficiência na língua brasileira de sinais e em outras formas de linguagem e expressão cultural

e artística.”

É garantida a participação de pessoas com deficiência nas comissões de julgamento dos projetos financiados pelo Fundo de Apoio a Cultura do DF e que “As medidas de transparência relacionadas a projetos e atividades culturais financiadas observam formatos acessíveis, incluindo a divulgação sobre recursos de acessibilidade disponíveis, nos termos do regulamento.”

No Anexo Único, sobre os eixos, diretrizes, estratégias e ações do Plano de Cultura, consta a necessidade de: “1.3.3 Capacitar os agentes públicos da cultura para aplicação de mecanismos de tecnologias assistivas, garantindo prestação de serviços públicos às pessoas com deficiência.”

Ainda nesse anexo constam as diretrizes acerca da “Cultura, Educação e Novos Públicos” e entre elas: “2.2.4 Fomentar a elaboração e a difusão de recomendações de ações e conteúdos programáticos que apoiem a educação sobre culturas locais, culturas do campo, diversidade e inclusão social, acessibilidade e diversidade das manifestações artísticas e culturais.”

Sobre Fomento e Financiamento, mais uma vez são priorizados: “4.2.4 Fomentar, recomendar e implementar recursos e serviços de tecnologias assistivas nas ações culturais e artísticas apoiadas por verba pública.”

Acerca das Identidades, Cidadania e dos Direitos Culturais: “7.3.1 Garantir a implementação de medidas de acessibilidade nos equipamentos públicos culturais do Distrito Federal para pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.” e “7.3.4 Estimular a inclusão produtiva e profissional de pessoas com deficiência, idosas, em situação de rua, egressos de sistema prisional e em medida socioeducativa em ações e eventos artísticos e culturais.”

Após a leitura atenta da Lei Orgânica da Cultura do Distrito Federal, é possível afirmar que a mesma cumpre com todo o conjunto da legislação federal vigente, incluindo a Convenção da ONU pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, relacionadas a garantia dos direitos culturais das pessoas com deficiência, bem como com as discussões éticas pautadas nas conquistas do movimento pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil e em âmbito internacional e com as pesquisas acadêmicas de áreas correlatas.

Entretanto, nos resta apenas questionar se todas as diretrizes e garantias estão de fato sendo cumpridas nas ações e espaços de cultura da SECEC-DF, no

que tange a promoção do acesso a cultura para pessoas com deficiência e a sua participação como protagonistas em busca de maior representatividade, objeto da consultoria aqui realizada.

Portaria nº 100/2018-SECEC

A portaria em questão, institui a Política Cultural de Acessibilidade no âmbito da gestão pública de cultura do Distrito Federal, e bem como a Lei Orgânica de Cultura analisada anteriormente cumpre com todo o conjunto da legislação federal vigente relacionada a garantia dos direitos culturais das pessoas com deficiência, bem como com as discussões éticas pautadas nas conquistas do movimento pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil e em âmbito internacional e com as pesquisas acadêmicas de áreas correlatas. Podemos atribuir destaque especials nas propostas do texto relacionados a inclusão profissional de pessoas com deficiência na estrutura da mesma e nos espaços culturais a ela vinculados, na capacitação de artistas e produtores culturais com deficiência para melhor aproveitamento das oportunidades de financiamento por meio de editais e premiações e ainda, sobre “fomento, apoio e estímulo à realização de estudos e pesquisas relativas a pessoas com deficiência e à preservação do acervo de sua memória, visando à catalogação e valorização dos movimentos culturais protagonizados por pessoas com deficiência”. Sendo que esse último está afinado com as atuais discussões acerca da representatividade e protagonismo dessa população sub-representada nos acervos e coleções museológicas e arquivísticas, até o presente momento.

Sugerimos alguns ajustes no texto da Portaria, com o objetivo de atualizar a terminologia adequada segundo as demandas dos movimentos sociais, pesquisas e legislação vigente: ao longo do texto substituir o termo “deficiente auditivo” por “pessoas surdas e com deficiência auditiva” e no artigo 4º §3º (p.05) sobre a exigência de laudo médico com o tipo de deficiência, acrescentar “ou avaliação biopsicossocial”.

Importante ressaltar que para o pleno cumprimento das diretrizes e compromissos presentes nas leis ora analisadas, é de suma importância realizar ações conjuntas com a SEPD – Secretaria da Pessoa com Deficiência (criada em caráter extraordinário em 2020), que conta com uma Diretoria de Acessibilidade no

Turismo e Cultura com o CODDEDE – DF Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal - <https://coddede.blogspot.com/> que devem ser considerados como parceiros nas adequações e propostas voltadas para acessibilidade no âmbito da SECEC-DF, tanto na legislação, quanto nos projetos empíricos.

Há ainda outras leis distritais que garantem ao acesso a cultura para pessoas com deficiência nos espaços e ações culturais sob gestão do Distrito Federal, que antecedem ou complementam as anteriormente analisadas, relacionadas a questões específicas como:

- Lei 6858/2021 - garante a acessibilidade dos deficientes visuais em projetos culturais.
- Decreto 42497/2021 - assegura a acessibilidade de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em eventos do Distrito Federal.
- Lei 4928/2021 – regulamenta o acesso preferencial de pessoas com deficiência a eventos
- Lei 4917/2012 – assegura o auxílio à pessoa com deficiência em teatro, cinema e locais de eventos culturais.
- Lei 4142/2008 – garante cota para apresentação de artistas com deficiência na programação de eventos culturais promovidos pelo Governo do Distrito Federal.

4. Pesquisas científicas mais relevantes sobre transmissão de informação acessível ao público com deficiência;

No Brasil as áreas de conhecimento que produzem mais pesquisas relacionadas ao acesso a informação para pessoas com deficiência são a Ciência da Informação, o Serviço Social e a Educação Especial. Em relação ao acesso a cultura e ao patrimônio por meio de estratégias de comunicação acessível, encontramos pesquisas nas áreas de Ciência da Comunicação, Ciência da Informação, Museologia, Arte Educação, Arquitetura e Design.

Nos países europeus podemos afirmar que a área de Estudos da Deficiência, sobretudo no Reino Unido, e as áreas de Educação, Estudos Culturais e

Comunicação tem sido responsáveis pelo desenvolvimento de boa parte das pesquisas de interesse desse trabalho. Já nos Estados Unidos da América e Canadá, verificamos que há pesquisas, principalmente nas áreas de Direitos Humanos, Estudos Culturais, Design, Arquitetura e Ciência da Informação.

Nas últimas duas décadas o Brasil vem se destacando, não apenas no campo da legislação e das ações empíricas acerca da promoção de acessibilidade universal, sobretudo no acesso a cultura, acessibilidade comunicacional e do acesso a informação, por essa razão, no levantamento aqui proposto, será atribuída ênfase a produção científica nacional, com o objetivo de visibilizar e valorizar as investigações e publicações técnicas que tem como objeto de estudo e aplicação a nossa realidade específica.

O acesso a informação para pessoas com deficiência é tema de amplo alcance, considerando que o mesmo é indispensável em todas as atividades diárias, educativas, laborais, de lazer, esportivas, culturais e específicas de acordo com a área de atuação e convívio dos indivíduos. Assim, para essa análise serão considerados os estudos relacionados ao acesso a informação produzida no campo da cultura e em áreas correlatas a atuação da SECEC-DF.

Romeu Kazumi Sasaki, um dos profissionais e pesquisadores pioneiros nos Estudos da Deficiência no Brasil, em seus estudos, textos, palestras e consultorias para órgãos governamentais, instituições de educação e empresas, apresenta o conceito de Sete Dimensões da Acessibilidade: Arquitetônica, Atitudinal, Comunicacional, Metodológica, Instrumental, Programática e Natural. A dimensão Comunicacional, pressupõe a ausência de barreiras na comunicação interpessoal face-a-face, escrita e virtual.

Segundo o autor, em seu artigo intitulado “Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação”, perfazem a Dimensão Comunicacional:

No campo do lazer - Adequação das sinalizações de locais (em atenção aos cegos e pessoas com baixa visão) e contratação de intérpretes da língua de sinais junto aos trabalhadores em serviços e locais de lazer.

No campo do trabalho - Total acessibilidade nas relações interpessoais: face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

No campo da educação - Ensino de noções básicas da língua de sinais brasileira (Libras) para se comunicar com alunos surdos;

ensino do braile e do sorobã para facilitar o aprendizado de alunos cegos; uso de letras em tamanho ampliado para facilitar a leitura para alunos com baixa visão; permissão para o uso de computadores de mesa e/ou notebooks para alunos com restrições motoras nas mãos; utilização de desenhos, fotos e figuras para facilitar a comunicação para alunos que tenham estilo visual de aprendizagem etc.” (SASSAKI, 2009 p. 3)

Analisando a citação acima, podemos concluir que para promover acesso a informação para pessoas com diferentes deficiência nas áreas de educação, lazer, trabalho, cultura e oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal em geral, é necessário considerar as especificidades de comunicação de cada deficiência. Sasaki, em seu texto nos fornece alguns exemplos empíricos, entretanto com o surgimento de novos recursos de tecnologias assistivas e com a demanda específica de cada público, é necessário buscar referências atualizadas e principalmente o diálogo e processos de escuta com o público alvo, afirmindo a importância do protagonismos dos beneficiários das ações em pauta, em respeito ao principal lema do Movimento das Pessoas com Deficiência em âmbito internacional: “Nada sobre nós, sem nós”.

Segundo Eduardo Cardoso, professor do Curso de Arquitetura e Design da UFRGS e pesquisador na área de Comunicação e Informação Acessível, para criar metodologias de acesso a informação para pessoas com deficiência é necessário considerar:

A combinação de meios de comunicação, em função dos diferentes tipos de usuários, considerando, simultaneamente, recursos táteis, sonoros e visuais, é um dos princípios do desenho universal, possibilitando o uso com autonomia por pessoas com deficiência, seja visual, auditiva, cognitiva ou múltipla, em seus diferentes graus. Desta forma, para emissão, recepção e troca de informação é fundamental pesquisar, compreender e especificar os recursos de comunicação adequados de forma a aplicar o princípio da redundância, assim não restringindo a emissão da mensagem a um único meio.” (CARDOSO, KOLTERMANN, 2010 p. 09)

O princípio da redundância abordado por Cardoso e Koltermann, também consta no texto da norma ABNT - NBR 15599 - Acessibilidade - Comunicação na Prestação de Serviços, 2008, que é semelhante ao Princípio dos Dois Sentidos, tema de capítulo específico na Norma Brasileira de Acessibilidade NBR 9050/2020. Tanto o princípio da redundância quanto o dos Dois Sentidos, significa que deve ser oferecido mais de um formato acessível da informação, considerando as diferenças

individuais das pessoas com deficiência. Para divulgação de informação escrita/verbal relacionada a informações técnicas, materiais informativos (folhetos, catálogos, cartilhas) e editais desenvolvidos por órgãos governamentais das áreas de cultura, educação, justiça, trabalho, entre outros, fornecemos a seguir alguns exemplos de formatos acessíveis mais utilizados pelas pessoas com deficiência no Brasil:

- Considerando as pessoas com deficiência visual, é necessário oferecer versões de textos em PDF acessível, impresso em Braille e caracteres ampliados (pode ser sob demanda, dependendo do caso) e com acesso em meios digitais diversos: página na internet (site acessível conforme as normas W3C), aplicativo do emissor da informação, QR Code tátil.
- Considerando as pessoas Surdas é necessário oferecer versão de textos em PDF preferencialmente com uso de linguagem simples ou simplificada e gravado em vídeo com interpretação em Libras com legenda em português ou em site acessível ou aplicativo do emissor da informação com tradutor de Libras tipo avatar (ProDeaf, HandTalk).
- Considerando as pessoas com Surdocegueira é necessário oferecer versões de textos em PDF acessível, impresso em Braille e caracteres ampliados (pode ser sob demanda, dependendo do caso) e com acesso em meios digitais diversos: página na internet (site acessível conforme as normas W3C), aplicativo do emissor da informação, QR Code tátil.
- Considerando as pessoas com deficiência intelectual, Neurodiversidade e pessoas com deficiência psicossocial é necessário oferecer versões de textos em PDF acessível e impresso com escrita simples, linguagem simples ou simplificada¹, com tamanho reduzido segundo critérios de objetividade.

¹ “A escrita simples é uma técnica que requer perícia para ser desenvolvida, podendo, apesar do nome, ser difícil de aplicar. Trata-se de associar princípios de redação com boas opções de design, para que tornando o texto claro e perceptível ao leitor, ou seja, simplificando-o, e trabalhando nas suas condições de leitura, permita uma leitura fácil.

Simplificar a informação não passa por lhe retirar valor ou seriedade (também pode e deve comunicar ideias complexas) e nada tem a ver com infantilizar nem sub-apreciar as capacidades do leitor. Passa por comunicá-la de forma mais acessível, pensando no destinatário daquela informação.

Simples significa fácil de entender. Seja para compreender o conteúdo como para comunicar a mensagem, o assunto a tratar tem que ser dominado para ser maleável e explicado claramente. Regra geral, não comunicamos entre pares, ou seja, para alguém com os mesmos pré-conhecimentos. A eficácia da mensagem final pode ser melhorada, partilhando a redação do texto, e testada, submetendo-a à apreciação de alguém a quem o assunto seja estranho.

Fonte: <https://accessibleportugal.com/escrita-simples-leitura-facil/>

Os conceitos de redundância da informação, o princípio dos dois sentidos e os exemplos de aplicação dos mesmos para promover acesso a informação anteriormente apresentados tem como base principal o conceito de Desenho Universal, criado pelo arquiteto tetraplégico Ronald Mace na Universidade da Carolina do Norte na década de 1970. Constituído originalmente por sete princípios aplicáveis no desenvolvimento de ambientes, produtos, serviços e programas que beneficiem pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, gestante, idosos, crianças pequenas e a maior gama possível de pessoas com suas diferenças corporais, sensoriais, neurológicas e intelectuais, o Desenho Universal foi adotado pela legislação brasileira em benefício das pessoas com deficiência, a partir de meados da década de 1990, e atualmente é mencionado nos principais textos de lei e normativas relacionados a acessibilidade, bem como tratado como tema principal ou base de reflexão em pesquisas acadêmicas relacionadas a acessibilidade em diferentes áreas do conhecimento.

Em relação ao acesso a informação, os princípios do Desenho Universal com aplicabilidade mais adequada são: “Conhecido – informação perceptível (comunica eficazmente a informação necessária)” e “Óbvio – simples e intuitivo (fácil de entender)” (CAMBIAGHI; CARLETTTO, 2007 p.7).

Os princípios do Desenho Universal relacionados com o acesso a informação corroboram com a autonomia dos usuários com deficiência. A autonomia, o poder de decisão, a liberdade e o direito de escolha são conceitos fundamentais para o desenvolvimento dos indivíduos com deficiência, sendo esses, motivos contundentes para a militância constante dessa população.

Nesse sentido um novo conceito, o de Auto-defesa, traduzido do termo em inglês Self Advocacy (advindo da área de Estudos da Deficiência no Reino Unido e Estados Unidos da América), representa a necessidade das pessoas com deficiência defenderem seus direitos, sem intermediações de instituições ou profissionais que prestam serviços de assistência. Na perspectiva dos estudos interseccionais, o conceito de Auto-defesa, se aproxima do conceito de “Lugar de Fala”, termo difundido recentemente no Brasil pela pesquisadora Djamila Ribeiro, em livro homônimo escrito com base em sua pesquisa de mestrado sobre Feminismo Negro intitulada desenvolvida na área de Filosofia Política na Unifesp.

Para além das pesquisas científicas realizadas em programas de pós graduação em universidades brasileiras e estrangeiras com temáticas correlatas ao acesso a informação para pessoas com deficiência, podemos destacar a produção de manuais práticos que orientam profissionais de diferentes áreas a respeito da temática do direito de acesso a informação e do desenvolvimento das capacidades de protagonismo e auto-defesa lançados nos últimos oito anos pela UNESCO. Ao realizar busca pela temática na Biblioteca Digital da organização foram encontradas quatro publicações, em PDF em língua inglesa e uma traduzida para a língua portuguesa,:

- “Model Policy for Inclusive ICTs in Education for Persons with Disabilities” de 2014, que apresenta estudos e diretrizes para desenvolvimento de políticas de TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação Inclusivas na Educação de Pessoas com Deficiência;
- “Tornar a informação da sua organização acessível a todos - implementar as linhas de orientação para informação acessível” de 2015 apresenta parâmetros para desenvolvimento de políticas públicas e institucionais para criação de metodologias de produção de informação acessível no âmbito educacional e corporativo, fornecendo inclusive modelos de instrumentos de monitoramento das ações desenvolvidas com base nas diretrizes da publicação;
- “Digital Empowerment Access to Information and Knowledge using ICTs for Persons with Disabilities” de 2016 que apresenta parâmetros gerais de acessibilidade digital e ações de promoção de acesso a informação e a comunicação realizadas em países do continente africano e asiático;
- “Delivering Together for Inclusive Development: Digital Access to Information and Knowledge for Persons with Disabilities” de 2019. Apresenta informações e parâmetros internacionais para o desenvolvimento de ações de acessibilidade digital para informação e conhecimento para pessoas com deficiência com base nas metas 9 (Infraestrutura, Inovação e Indústria) e 16 (Paz, Justiça e Fortalecimento das Instituições) das Metas da Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável da ONU;
- “Accessible Digital Documentary Heritage Guidelines for the preparation of

documentary heritage in accessible formats for persons with disabilities” de 2020 que consiste em um manual de acessibilidade digital para o website do projeto “Memory of the World”.

Consideramos essas publicações, baseadas em pesquisas científicas e experiências empíricas, de grande relevância para o desenvolvimento de políticas públicas de acesso a informação para pessoas com deficiência, pois em seus textos corroboram enfaticamente com os atuais conceitos de auto-defesa, protagonismo, representatividade e participação, que vem alterando a percepção de que os recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência consistem apenas na aplicação técnica de adequações físicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais.

Conforme afirmaram Kastrup e Moraes (2010) na introdução livro “Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa COM pessoas com deficiência visual” que reúne textos produzidos pelos integrantes do Grupo de Estudos PesquisaCOM, sob sua coordenação e desenvolvido em uma parceria entre as Faculdades de Psicologia da UFRJ e UFF e Instituto Benjamin Constant, entre os anos de 2009 e 2015 “Trata-se de afirmar a pesquisa como uma prática performativa que se faz **com** o outro e não **sobre** o outro.” (grifos das autoras).

Assim como a UNESCO podemos mencionar organizações brasileiras e estrangeiras que tem se dedicado a publicar manuais para orientação de criação e desenvolvimento de projetos de ações de acesso a informação no contexto das instituições culturais e museais. Na Espanha, um dos países de referencia nos direitos culturais das pessoas com deficiência, sobretudo em museus, sítios arqueológicos e patrimônio histórico há manuais produzidos por diferentes instituições como:

- Manual de Accesibilidad e Inclusión en museos y lugares del patrimonio cultural y natural – Ediciones Trea, 2013. Organizado por Antonio Espinosa Ruiz e Carmina Bonmatí Lledó do Vilamuseu;
- Exposiciones accesibles - Criterios para eliminar las barreras de comunicación y facilitar el acceso a los contenidos, 2016. Maria José Ania – Ajuntament de Barcelona

Em Portugal, no Instituto Politécnico de Leiria, há um Programa de Mestrado em Comunicação Acessível que vem produzindo pesquisas sobre o acesso a comunicação para pessoas com deficiência em diferentes ambientes e iniciativas. Um dos trabalhos defendidos recentemente é da brasileira Valéria Abdalla, educadora do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, com o título “Como potenciar a fruição cultural das pessoas com deficiência visual em museus”, defendida em 2022.

No Brasil também encontramos manuais e cartilhas voltados especificamente a promoção de acesso a informação e comunicação para pessoas com deficiência, produzidos por instituições culturais, organizações não-governamentais, universidades e empresas. A seguir relacionamos alguns materiais mais recentes:

- Guia de acessibilidade informacional: autonomia para as pessoas com deficiência visual em bibliotecas universitárias / Maria José Rodrigues de Castro – Universidade Federal do Cariri, 2020.
- Um museu para todos: Manual para programas de acessibilidade - Desirée Nobre - Salasar – UFPEL, 2020.
- Guia de Recomendações para a Garantia de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência na Reabertura dos Museus e Espaços Culturais em período de Pandemia da Covid-19 – Museus Acessíveis Treinamento e Desenvolvimento de Acessibilidade LTDA ME. (elaborado a partir de consulta pública com pessoas com deficiência), 2020
- Cartilha Somos Plurais – Instituto Alana, 2021. (sobre eliminação de barreiras atitudinais)

Levantamento de Pesquisas Científicas Nacionais

Para ampliar os referenciais adotados nessa consultoria e fornecer informações acerca das pesquisas científicas realizadas em universidades brasileiras nos últimos seis anos, foi realizado um levantamento das principais

pesquisas na área de acessibilidade cultural, acesso a informação em ambientes culturais, direitos culturais das pessoas e produção artística de pessoas com deficiência em publicações científicas e culturais divulgadas online e na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - com palavras chave: “Informação acessível”; “Acessibilidade cultural” e “Desenho universal”, “artistas com deficiência” e “direitos culturais das pessoas com deficiência”.

Consideramos, no levantamento, as produções ligadas ao objeto da consultoria, segundo o Termo de Referência que orienta a mesma.

A tabela abaixo apresenta os principais trabalhos encontrados, de acordo os temas e palavras-chave pesquisadas.

Título	Autor	Área de Conhecimento	Instituição	Nível	Ano	Link para acesso
Os recursos de tecnologia assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras: uma abordagem para as pessoas com deficiências visuais	Alejandro de Campos Pinheiro	Ciência da Informação	Universidade Federal de Minas Gerais	Mestrado	2021	https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/35700
Captação e recrutamento de pessoas com deficiência com Formação Escolar de Nível Superior	Josenice Barreto Matos	Administração do Desenvolvimento dos Negócios	Universidade Presbiteriana Mackenzie	Mestrado	2021	https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/28498
Inclusão na Educação Superior: novas tessituras para o campo da docência universitária	Gracy Kelly Andrade Pignata Oliveira	Programa de Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal da Bahia	Doutorado	2021	https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34788

Biblioteca inclusiva: identificando estratégias e especificando recomendações para o suporte aos estudantes com deficiência visual no Ensino Profissional e Tecnológico	Ada Verônica de Novaes Nunes	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Olinda	Mestrado	2021	https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/337
A (in)acessibilidade artístico-cultural para surdos na cidade de Campo Grande/MS	Katicilayne Roberta de Alcantara	Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Mestrado	2021	https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4229
Serviços de acessibilidade para pessoas com deficiência intelectual : a experiência dos educadores de museus de arte	Agda Cristina Brigatto	Programa de Pós Graduação em Saúde, Interdisciplinarida de e Reabilitação	UNICAMP	Doutorado	2021	https://hdl.handle.net/20.500.12733/3449
Acessibilidade para pessoas surdas no desenvolvimento de Campina Grande-PB	Emmanuell a Faissalla Araújo da Silva	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR	Universidade Estadual da Paraíba	Mestrado	2020	http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/3677
Acessibilidade informacional para pessoas com deficiência visual na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco da Universidade Federal do Piauí	Maria José Rodrigues de Castro	Biblioteconomia	Universidade Federal do Cariri	Mestrado	2020	http://sites.ufca.edu.br/ppgb/wp-content/uploads/sites/20/2021/07/Dissertacao-Maria-Jose.pdf
Aplicativo colaborativo com informações de acessibilidade a serviços e locais turísticos: estudo de caso em Foz do Iguaçu/PR	Marcos Roque da Rosa	Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade	Universidade Estadual do Oeste do Paraná Foz do Iguaçu	Mestrado	2020	http://tede.unioeste.br/handle/tede/4753

Patrimônio para todos e as políticas culturais no Brasil: os museus federais sob os princípios do Desenho Universal	Desirée Nobre Salasar	Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural	Universidade Federal de Pelotas	Mestrado	2020	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFL_517c36731846a34d44e206708dcce23b
Mediação Acessível: por uma experiência estética na deficiência	Lígia Helena Ferreira Zamaro	Programa de Pós Graduação em Artes Visuais	Universidade de São Paulo	Mestrado	2019	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27160/tde-26122019-122950/
Turismo, hospitalidade urbana e acessibilidade: estudo aplicado aos museus municipais de Caxias do Sul – RS	Bruna Tronca	Mestrado Acadêmico em Turismo e Hospitalidade	Universidade de Caxias do Sul	Mestrado	2019	https://repositorio.uacs.br/11338/4787
Patrimônio paleontológico e acessibilidade: uma proposta expositiva de fósseis do Triássico Sul-Brasileiro para deficientes visuais	Márcia Talita Ivo da Silveira	Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural	Universidade Federal de Santa Maria	Mestrado	2019	http://repositorio.ufsm.br/handle/1/19474
A Banca da Ciência e a pessoa com deficiência visual: um estudo sobre a acessibilidade atitudinal na difusão científica	Renata Teles da Silva	Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais	Universidade de São Paulo	Mestrado	2019	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-13122018-034955/
Usuários surdos e acessibilidade à informação em sítios web do governo brasileiro	Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	Universidade de Brasília	Doutorado	2019	https://repositorio.unb.br/handle/10482/38120
Acesso à literatura técnico-científica por discentes cegos da Universidade Federal do Pará	Alexandre Lobo Pinheiro	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	Universidade Federal do Pará	Mestrado	2019	http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11404
Rede de colaboração entre bibliotecas da UNIPAMPA para o compartilhamento de materiais em Rede	Cátia Rosana Lemos de Araújo	Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede	Universidade Federal de Santa Maria	Mestrado	2019	http://repositorio.ufsm.br/handle/1/19834

formato digital acessível para usuários com deficiência visual – uma proposta de implantação						
Usabilidade e estratégias de divulgação de uma rede social virtual para pessoas com deficiência	Talita dos Santos Rosa	Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Fundamental	Universidade de São Paulo	Mestrado	2018	http://www.teses.usp.br/teses/disponeis/22/22132/td-e-20032019-155942/
Diagnóstico da acessibilidade informacional na Biblioteconomia Brasileira	Joana D'arc Páscoa Bezerra Fernandes	Ciência da Informação	Universidade Federal do Ceará	Mestrado	2018	http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/33425
TV INES: o protagonismo surdo na produção de conteúdo audiovisual que promove informação, cultura e língua	Yéssica Lopes da Silva	Programa de Pós-Graduação em Letras	Universidade Federal de Pelotas	Mestrado	2018	http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4077
Gestão da Informação no Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede: avaliação do fluxo de produção de materiais informacionais acessíveis na UFRN	Érica Simony Fernandes de Melo Guerra	Programa De Pós-Graduação Em Ciência da Informação e Gestão do Conhecimento	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Mestrado	2018	https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25854
Acessibilidade do catálogo em linha para usuário com deficiência visual	Laysse Noleto Balbino Teixeira	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	Universidade de Brasília	Mestrado	2018	http://repositorio.unb.br/handle/10482/32325
A (in)acessibilidade digital dos portais dos tribunais de justiça comum estaduais para pessoas com deficiência visual	Karine Brondani Kontze	Programa de Pós-Graduação em Direito	Universidade Federal de Santa Maria	Mestrado	2018	http://repositorio.ufsm.br/handle/1/15822

Definição de Requisitos para Aplicativos Destinados a Prover Acesso de Pessoas com Deficiência Visual a Museus de Arte	Cintia Rodrigues dos Santos Mariano	Programa de Pós Graduação em Linguagens, Mídia e Arte	PUC-Campinas	Mestrado	2018	http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/15189
Para todos verem por palavras: elaboração de Tecnologia Assistiva e Banco de Dados de Objetos Digitais de Audiodescrição Segundo o Princípio do Desenho Universal (BOCA-REP)	Emerson Brandão da Silva	Programa de pós-graduação em Educação	Universidade Federal da Grande Dourados	Mestrado	2018	http://repositorio.ufg.d.edu.br/jspui/handle/prefix/1022
O tradutor intérprete de libras no teatro: a construção de sentidos a partir de enunciados cênicos	Carolina Fernandes Rodrigues Fomin	Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Mestrado	2018	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21782
Uso das tecnologias da informação e comunicação - TIC – tecnologia assistiva – sistema inteligente para a capacitação e inclusão de pessoa com deficiência visual no mercado de trabalho – um estudo de caso	Adenir Fonseca dos Santos	Mestrado profissional em educação e novas tecnologias	UNINTER	Mestrado	2018	https://repositorio.uninter.com/handle/1/114
Avaliação do processo de implementação do Programa Incluir na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012-2014)	Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino	Programa De Pós-Graduação em Ciências Sociais	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Doutorado	2017	https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24364

Acessibilidade em documentos digitais: uma possibilidade de democratizar a informação e o conhecimento na Unipampa	Daniele dos Anjos Schmitz	Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede	Universidade Federal de Santa Maria	Mestrado	2017	http://repositorio.ufsm.br/handle/1/13178
Cinema para LIBRAS : reflexões sobre a estética cinematográfica na tradução de filmes para surdos	Raphael Pereira dos Anjos	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução	Universidade de Brasília	Mestrado	2017	http://repositorio.unb.br/handle/10482/31027
O livro acessível a cegos e surdos: as políticas públicas e o mercado editorial	Tatiana de Andrade Fulas	Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Mestrado	2017	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19692
Acessibilidade e arte na preservação do patrimônio arquitetônico : estudo do caso do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo - MAC	Adriana Lúcia Silva Domingues	Programa de Pós Graduação em Artes Visuais	UNICAMP	Mestrado	2017	https://hdl.handle.net/20.500.12733/1632698
Produção científica sobre surdos na Ciência da Informação : uma análise bibliométrica nas bases de dados LISA e BRAPCI	Karen Guimarães Cardoso	Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação	Universidade Federal Fluminense	Mestrado	2017	https://app.uff.br/riu_ff/handle/1/2845
Design universal na arquitetura de exposições museológicas: aspectos inclusivos sob a perspectiva do público	Paulo Roberto Sabino	Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo	Universidade Federal de Minas Gerais	Doutorado	2017	http://hdl.handle.net/1843/MMMD-AU9PSA
Ensino de arte, educação de surdos e museus: interconexões possíveis	Daniella Zanellato	Programa de Pós Graduação em Educação	Universidade de São Paulo	Mestrado	2016	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29112016-130436/
Interação 3D com retorno de áudio para a identificação de objetos virtuais acessível a	Erico de Souza Veriscimo	Programa de Pós Graduação em Sistemas de Informação	Universidade de São Paulo	Mestrado	2016	http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100131/tde-16112016-204019/

usuários com deficiência visual						
Design para Experiência Multissensorial Em Museus: Fruição De objetos Culturais por Pessoas com Deficiência visual	Eduardo Cardoso	Programa de Pós-Graduação Em Design	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Doutorado	2016	https://www.ufrgs.br/comacesso/wp-content/uploads/2019/01/TESE-EDUARDO-CARDOSO_REDUZIDA.pdf

5. Barreiras comumente encontradas pelo público com deficiência quanto às informações sobre os diferentes bens, serviços e ações relacionadas à cultura;

As barreiras mais comuns, encontradas pelo público de pessoas com deficiência no acesso a informação relacionada aos bens, serviços e ações culturais, e que por sua vez, representam impedimentos severos para a fruição dos conteúdos culturais, refletem a falta de acessibilidade geral enfrentada por essa populações em outras esferas diárias e áreas de atuação.

Entretanto, em relação ao acesso aos bens, serviços e ações culturais, se somam as barreiras de participação e representatividade, sobretudo nas oportunidades de protagonismo em ações culturais, advindas da falta de conhecimento acerca da produção cultural e artística de agentes culturais, artistas, produtores culturais e artivistas² com deficiência.

De fato o direito de acesso a informação, é fundamental para garantia da participação das pessoas com deficiência nas oportunidades advindas do setor

² Artivismo é o nome dado a ações sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, que se valem de estratégias artísticas, estéticas ou simbólicas para amplificar, sensibilizar e problematizar, para a sociedade, causas e reivindicações sociais. O artivista encontra na arte um convite à participação, expressando através de inúmeras linguagens, como a arte de rua, o vídeo, a música, a performance e a intervenção, os seus pontos de vista e leituras sobre a vida e o mundo, problematizando sua realidade. Fonte: Artivismo: criações estéticas para ações políticas. Disponível em: <https://outraspalavras.net/blog/artivismo-criacoes-esteticas-para-acoes-politicas/#:~:text=O%20artivista%20encontra%20na%20arte,o%20mundo%2C%20problematicando%20sua%20realidade>

cultural, como editais públicos e privados de financiamento de projetos culturais; textos de leis de incentivo a cultura; cursos e formações na área cultural; residências artísticas; oportunidades de trabalho em espaços e projetos culturais, participação em conselhos; comissões e comitês de cultura; entre outros.

Mas existem outras barreiras que comprometem o acesso das pessoas com deficiência a plena participação, conforme consta na legislação vigente analisada no capítulo 3 desse levantamento. A seguir descreveremos de forma propositiva essas barreiras e os contingentes de pessoas com deficiência que as mesmas atingem:

- Barreiras Físicas: Falta de acessibilidade nas edificações onde se encontram as instituições e/ou equipamentos culturais, em seu entorno, no transporte público que dá acesso as áreas/regiões culturais, no meio urbano adjacente.

Essas barreiras comprometem o acesso de: pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida, pessoas com deficiência visual, pessoas com surdocegueira.

- Barreiras Atitudinais: Atitudes dos colaboradores e prestadores de serviços dos espaços culturais, órgãos públicos e privados de cultura e de empresas que prestam serviços culturais pautadas no capacitismo e na falta de conhecimento sobre a realidade social das pessoas com deficiência na atualidade e sobre as necessidades físicas, comunicacionais, informacionais e outras, que impedem o pleno acesso e desenvolvimento dessa população.

Essas barreiras comprometem o acesso e a participação de pessoas com diferentes deficiências, neurodiversidades e transtornos psíquicos aos bens, serviços e ações culturais.

- Barreiras comunicacionais: Ausência de recursos de comunicação acessível e alternativa para pessoas com deficiências sensoriais, intelectuais e mentais nas ofertas culturais presenciais ou em modalidade online. Por exemplo:
- Textos transcritos em Braille e caracteres ampliados, gravados em versão auditiva, com interpretação em Libras com legenda para surdos e

- ensurdecidos, com versão em Escrita Simples e comunicação alternativa;
- Vídeos e exibição de filmes com audiodescrição, interpretação em Libras, legendas para surdos e ensurdecidos e com os correspondentes textuais constantes na descrição do vídeo quando disponibilizado no Youtube, VIMEO e outras plataformas de vídeo online;
 - Peças de teatro, espetáculos de dança, performances e shows de música erudita ou popular com audiodescrição, interpretação em Libras e legendas para surdos e ensurdecidos;
 - Recursos táteis: maquetes táteis das edificações/construções históricas, monumentos e sítios arqueológicos, mapas táteis dos espaços internos do equipamento cultural, pranchas táteis de obras e imagens bidimensionais, sinalização de espaços e identificação dos recursos acessíveis em Braille e com caracteres ampliados;

Essas barreiras comprometem a comunicação, percepção e a experiência de fruição cultural principalmente para pessoas com deficiência visual, pessoas Surdas, pessoas com surdocegueira, pessoas com deficiência intelectual, pessoas com neurodiversidades, pessoas com deficiência psicossocial e pessoas com dificuldade de fala (paralisia cerebral, afasia, deficiência intelectual, surdos não oralizados)

- Barreiras informacionais: ausência ou imposição de dificuldades de acesso a informação disponibilizada em meio impresso, televisivo, ou virtual (em websites, redes sociais, repositórios online) em formatos acessíveis, considerando as pessoas com deficiências sensoriais, intelectuais, mentais e neurodiversidades. Por exemplo:
- Textos de divulgação, livros, revistas, jornais, informativos, folhetos e qualquer tipo de material ofertado de forma impressa ou virtual com transcrição em Braille e caracteres ampliados, gravados em versão auditiva, com interpretação em Libras com legenda para surdos e ensurdecidos, com versão em Escrita Simples e comunicação alternativa;
- Vídeos de divulgação, informativos, com conteúdos culturais, minidocumentários, programas de TV e outros materiais audiovisuais informativos com audiodescrição, interpretação em Libras, legendas para surdos e ensurdecidos e com os correspondentes textuais constantes na

- descrição do vídeo quando disponibilizado no Youtube, VIMEO e outras plataformas de vídeo online;
- Websites, redes sociais e aplicativos institucionais desenvolvidos segundo as diretrizes internacionais de acessibilidade na Web WCAG que integram o consórcio internacional W3C, imagens com descrição em texto alternativo e/ou em legendas com uso de hashtags educativas (#pratodosveres, #pratodesverem, #pracegover, #descrevepramim, etc...); vídeos com interpretação em Libras e legendas para surdos e ensurdecidos, links localizados na página principal dos websites e/ou no Linktree vinculado ao perfil institucional no Instagram de fácil acesso e localização para disponibilização de publicações, materiais educativos, documentos institucionais e editais em formatos acessíveis (PDF acessível, formato auditivo, vídeo el Libras, Escrita Simples);
 - Informação destacada de endereço de e-mail, telefone, whatsapp e aplicativos de mensagens nos perfis das redes sociais para atendimento a solicitações especiais de acesso a informação e impressão em Braille, caracteres ampliados e envio de outras mídias sob demanda.

As barreiras informacionais comprometem o acesso a informação produzida pelos órgãos, instituições e equipamentos de cultura principalmente para pessoas com deficiência visual, pessoas Surdas, pessoas com surdocegueira, pessoas com deficiência intelectual, pessoas com Neurodiversidade, pessoas com deficiência psicossocial e pessoas com dificuldade de fala (paralisia cerebral, afasia, deficiência intelectual, surdos não oralizados).

- Barreiras de inclusão profissional: descumprimento da Lei de Cotas n. 8.213/91, da Convenção da ONU pelos Direitos das Pessoas com Deficiência e da LBI 13.146/2015 associado a atitudes capacitistas e discriminatórias aplicados em textos e informações sobre ofertas de emprego e concursos públicos.

As barreiras de inclusão profissional comprometem o direito ao trabalho de todo contingente populacional de pessoas com deficiência.

- Barreiras de participação (em ações culturais): ausência ou imposição de dificuldade de acesso a oportunidades de participação, colaboração e representação em comissões conselhos, comitês; concorrências em editais públicos e privados de fomento a cultura; residências artísticas, culturais e educativas e outras oportunidades de participação ativa ocasionados por falta de informação acessível - barreiras informacionais e comunicacionais, atitudes capacitistas e discriminatórias presentes na constituição dos documentos informativos, normativos e nos sistemas de inscrições.

As barreiras de inclusão profissional comprometem o direito a participação em ações culturais para pessoas, artistas, produtores culturais e artivistas com todas as deficiências e aos seus parceiros de trabalho.

- Barreiras de representatividade: omissão da participação e da contribuição social das pessoas com deficiência nos processos históricos e no desenvolvimento da sociedade atual nas mais diversas esferas da vida, das atividades humanas e da cultura na mídia, na educação formal e informal, nas manifestações artísticas e culturais, nas representações sociais, no desenvolvimento científico e tecnológico, na publicidade, nos referenciais teóricos e empíricos no meio acadêmico e outros.

Essa barreira é resultante de atitudes capacitistas e discriminatórias presentes na sociedade como um todo e compromete o respeito, a autonomia e o reconhecimento da participação social das pessoas com todas as deficiências causando impactos severos em seu desenvolvimento global.

É muito importante abordar, problematizar, debater e propor novas abordagens acerca das barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência por meio de instrumentos de pesquisas populacionais, de mercado e trabalhos científicos que se proponham a conhecer em profundidade a realidade social dessa população.

6. Melhores práticas nacionais e internacionais sobre como transmitir informação acessível ao público com deficiência, em especial à fruição de

bens e serviços culturais;

Nesse capítulo serão relacionados e brevemente descritas as melhores práticas nacionais e internacionais acerca da transmissão de informação acessível para as pessoas com diferentes deficiências, com ênfase no acesso e na fruição aos bens e serviços culturais.

Serão usados exemplos diversos como: exposições em museus e espaços culturais, eventos culturais e científicos, canais de comunicação, projetos culturais e ações sociais em benefício das pessoas com diferentes deficiências.

Boas Práticas Nacionais**Projetos de Acessibilidade Digital**

- Portal do W3C Brasil – Website da representação brasileira do consórcio World Wide Web internacional, contendo informações, notícias, publicações (guias e manuais), materiais de orientação, aplicativos de avaliação e validação de websites acessíveis. Os membros do W3C Brasil participam com frequência de eventos e projetos na área de acessibilidade na web, acessibilidade comunicacional e informacional e hackathons relacionados a soluções de acessibilidade. Endereço para acesso ao portal:
<https://www.w3c.br/>
- Portal do Movimento Web para Todos – website da rede que conecta organizações, profissionais de desenvolvimento e pessoas com deficiência com o objetivo de mobilizar a sociedade para a causa da acessibilidade digital, e contribuir para transformar a web brasileira em um ambiente inclusivo para todas e todos. O movimento foi idealizado em 2017 pela empreendedora Simone Freire, fundadora da empresa Espiral Interativa, agência especializada em causas sociais, em parceria com o W3C Brasil e outras organizações. O portal oferece materiais informativos, acesso a eventos gravados realizados pelo movimento, serviço de avaliação de acessibilidade em websites, blog com notícias, depoimentos de pessoas com deficiência e representantes de instituições de assistência a pessoa com

deficiência.³ Endereço para acesso ao portal: <https://mwpt.com.br/>

Projetos em Bibliotecas

- Projeto Acessibilidade em Bibliotecas Públicas - Mais Diferenças/Minc - Iniciativa do Ministério da Cultura, realizada a partir de 2013, teve como ênfase a atuação junto ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) para a construção de políticas públicas de acessibilidade em bibliotecas. A mobilização, que envolveu a participação em diversos eventos, atuou pela inserção da pauta no campo da política do livro, leitura e bibliotecas. Foram selecionadas dez bibliotecas das cinco regiões do Brasil, envolvendo ações de formação continuada sobre conceitos e práticas de acessibilidade e inclusão e estratégias de planejamento, além de materiais de comunicação acessíveis. Vinte e cinco livros em múltiplos formatos foram produzidos para este projeto, com Libras, narração, audiodescrição, Daisy (Digital Accessible Information System), texto em leitura fácil, letra ampliada, letra ampliada com contraste, entre outros disponíveis em formato audiovisual acessível. Foram as primeiras produções em Leitura Fácil no país, uma conquista que amplia as possibilidades de acesso à leitura por qualquer pessoa, independentemente das capacidades linguísticas ou cognitivas do leitor. A seleção dos títulos aconteceu a partir de lista de clássicos universais em domínio público e ganhadores do prêmio Fundação Biblioteca Nacional e do Prêmio Jabuti. Também foi entregue às bibliotecas participantes outros 300 livros acessíveis já publicados, além de um conjunto de equipamentos de Tecnologia Assistiva – como impressoras Braille, teclado colmeia, linha braille, scanner com sintetizador de voz, software leitor de tela e lupa eletrônica, que asseguram o acesso de pessoas com deficiência às outras obras.⁴ Endereço para acesso aos livros em múltiplos formatos acessíveis: <https://maisdiferencias.org.br/biblioteca/livros/>

- Programa Livros Acessíveis – Mais Diferenças/ SEDPcD-SP - parceria entre

³ Fonte: Portal Movimento Web para Todos. Disponível em <https://mwpt.com.br/movimento/>

⁴ Fonte: Website da Mais Diferenças. Disponível em <https://maisdiferencias.org.br/projeto/acessibilidade-em-bibliotecas-publicas-minc/>

a Mais Diferenças e a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD) de São Paulo para produção de títulos de literatura infantil e infanto-juvenil em múltiplos formatos acessíveis para que a leitura e as histórias cheguem a todas as pessoas, com e sem deficiência. Os livros produzidos no âmbito do Programa contam com diversos recursos de acessibilidade, como narração e texto em português, audiodescrição e animação das imagens, tradução e interpretação em Libras e Leitura Fácil – que traz adequações em relação à linguagem, conteúdo e forma para ampliar a compreensão. O Programa ainda a realizará oficinas de formação e sensibilização de profissionais da educação, cultura, assistência social, bibliotecários, mediadores de leitura e outros profissionais interessados no que diz respeito às práticas acessíveis e inclusivas voltadas ao livro e à leitura. Além disso, promoverá mediações de leitura acessível e inclusiva para o público em geral. Tanto as oficinas de formação e sensibilização, quanto às mediações de leitura acessível e inclusiva serão realizadas na capital e em cidades do interior de São Paulo.⁵ Os livros já produzidos podem ser acessados no endereço: <https://maisdiferencias.org.br/projeto/programa-livros-acessiveis/>

- Biblioteca São Paulo – Parque da Juventude – Biblioteca pública de esfera estadual, inaugurada em 2010 no Parque da Juventude (terreno do antigo presídio do Carandiru) é referência internacional em acessibilidade universal - física, comunicacional, informacional e atitudinal conta acervo de livros acessíveis em múltiplos formatos (Braille, Libras, caracteres ampliados, Leitura Fácil/Escrita Simples, audiolivros, livros digitais acessíveis) e equipamentos de tecnologia assistiva para possibilitar o acesso a livros impressos (para pessoas com deficiência física - folheador de página, teclado e mouse adaptados, mesa de altura regulável e adaptável e mesa ergonômica; para pessoas com deficiência visual - scanner com sintetizador de voz, linha Braille, lupa eletrônica, computadores com leitores de tela e dispositivo eletrônico que realiza a leitura por voz de textos impressos e

⁵ Fonte: Website da Mais Diferenças. Disponível em <https://maisdiferencias.org.br/projeto/programa-livros-acessiveis/>

reprodutor de áudio). A programação de eventos da biblioteca, composta por contação de histórias, saraus, seminários, encontros culturais e oficinas conta com acessibilidade comunicacional e oportunidades para artistas e produtores culturais com deficiência. A instituição já foi premiada em âmbito nacional e internacional.

Eventos culturais e científicos

- Encontros CCBB sobre Acessibilidade Digital: evento online realizado pelo CCBB, Movimento Web para Todos e Agência Galo em 2021 com painéis, debates e oficinas sobre acessibilidade digital e acesso a produções culturais online. Toda a programação foi composta por especialistas com e sem deficiência e por representantes do público de pessoas com deficiência, conferindo representatividade e protagonismo aos beneficiários diretos dos projetos de acessibilidade. Todas as sessões, transmitidas pelo youtube contaram com recursos de acessibilidade comunicacional: interpretação em Libras, estenotipia (legendagem em tempo real) e audiodescrição. Endereço para acesso a programação gravada do evento: <https://mwpt.com.br/aprenda-muito-com-o-conteudo-gerado-pelos-encontros-ccbbsobre-acessibilidade-digital/>
- 6º CIEAMP - Congresso Internacional de Educação e Acessibilidade em Museus e Patrimônio: Nada sobre nós, sem nós. Evento Científico/Cultural presencial realizado por meio de parceria entre o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, Instituto Itaú Cultural e Museu de Arte Moderna de São Paulo no ano de 2019. Contou com acessibilidade universal em todos os produtos de comunicação e informação institucionais, formulário de inscrição online acessível, disponibilização de programação em Braille e caracteres ampliados, programação completa com audiodescrição, interpretação em Libras e línguas de sinais estrangeiras para participantes internacionais, guias-intérpretes para pessoas com surdocegueira e treinamento de acessibilidade atitudinal para toda a equipe de atendimento e organização do evento. A programação contou com vários palestrantes nacionais e internacionais com deficiência. Durante a realização do evento

foram produzidas entrevistas com palestrantes nacionais e internacionais com recursos de acessibilidade comunicacional, disponibilizadas nos websites das instituições realizadoras e no Youtube; os Anais foram produzidos em PDF acessível com descrição das imagens; e toda a programação registrada em vídeo com recursos de acessibilidade está disponível no Youtube. Endereço para acesso as entrevistas, mesas-redondas e palestras do Congresso: https://www.youtube.com/playlist?list=PLaV4cVMp_0dzPsSlz5PtBc9VrWgRruEHe

Endereço para acesso aos Anais do Congresso em formato acessível: <https://www.ieb.usp.br/wp-content/uploads/sites/127/2019/03/Anais-do-6o-Congresso-Internacional-de-Educacao-e-Acessibilidade-em-Museus-e-Patrimonio.pdf>

- 1º Seminário Internacional Acessibilidade em Museus e Espaços Culturais: Desafios e Inspirações – Evento Científico/Cultural presencial realizado por meio de parceria entre o GEPAM – Grupo de Estudo e Pesquisa de Acessibilidade em Museus e o Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP no ano de 2018. Contou com acessibilidade universal em todos os produtos de comunicação e informação institucionais, formulário de inscrição online acessível, disponibilização de programação em Braille e caracteres ampliados, programação completa com audiodescrição, interpretação em Libras, guias-intérpretes para pessoas com surdocegueira e treinamento de acessibilidade atitudinal para toda a equipe de atendimento e organização do evento. A programação contou com palestrantes nacionais com deficiência. os Anais foram produzidos em PDF acessível com descrição das imagens, disponível em:
<https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/338/1593182157368300471.pdf>

Canais de informação e comunicação

- REBECA - Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados - é uma rede de colaboração entre Instituições Públicas de Ensino Superior. Seu objetivo é o compartilhamento de informações técnicas sobre a editoração de acervos

adaptados e cooperação de catálogos e acervos digitais adaptados, destinados ao atendimento e suporte informacional acadêmico das pessoas com deficiência visual.⁶ Conta com catálogos online de publicações acessíveis das instituições participantes, manuais de como produzir conteúdos acessíveis para pessoas com deficiência visual, vídeos de treinamentos e outros. Endereço para acesso: <https://bds.unb.br/handle/123456789/989>

- TV INES – Canal de televisão online do Instituto Nacional de Educação de Surdos - Primeira webTV em Língua Brasileira de Sinais Lançada em 2013 com legendas e locução em Língua Portuguesa, a fim de integrar públicos. Conta com programação educativa e de entretenimento para público infantil, juvenil e adulto. Acesso no endereço: <https://debasi.ines.gov.br/tv-ines>
- CIL – Central da Intérpretes de Libras – SMPED-SP - Serviço realiza a mediação na comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e surdos no atendimento em qualquer serviço público instalado na cidade de São Paulo. O serviço é coordenado pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo. Atualmente o serviço é oferecido apenas na modalidade online por meio de aplicativo da “CIL – SMPED”, disponível gratuitamente para celulares e tablets Android ou IOS e computadores, via website. Quando acionado, o serviço faz a mediação entre surdo e intérprete.⁷

Museus e Espaços Culturais

- Museu do Futebol - São Paulo – projeto expográfico com acessibilidade física (adequações arquitetônicas, piso tátil, sinalização em Braille e ampliada), recursos de comunicação e mediação acessíveis (textos e legendas em Braille e caracteres ampliados, peças tátteis para fruição, maquete tátil do Estádio do Pacaembu, audioguia com Audiodescrição e Videoguia em

⁶ Fonte: Portal REBECA – Disponível em <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1451>

⁷ Fonte: Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/central_de_libras/index.php?p=203752

Libras).

- Pinacoteca do Estado de São Paulo – Galeria Tátil de Esculturas - exposição de esculturas que podem ser apreciadas pelo tato por pessoas com deficiência visual e surdocegueira, com acessibilidade universal: mapa tátil do espaço expositivo, piso tátil indicando as obras e recursos de acessibilidade, legendas e textos em Braille e caracteres ampliados e audioguia com audiodescrição.
- Memorial da Resistência - São Paulo – projeto expográfico com acessibilidade física (adequações arquitectónicas e piso tátil), recursos de comunicação e mediação acessíveis (maquete tátil do edifício e do espaço expositivo, vídeos com audiodescrição, Libras e legendas em português e versão em Libras dos depoimentos dos ex-presos políticos em áudio). O projeto educativo “Memorial Para Todos” promove visitas para pessoas com diferentes deficiências com uso de recursos multissensoriais e comunicação alternativa.
- Museu de Ciências Morfológicas da UFMG – Exposição A Célula ao Alcance das Mão - Minas Gerais — projeto expográfico com acessibilidade física (adequações arquitetônicas, piso tátil, sinalização em Braille e ampliada) e acervo acessível (réplicas táteis de células e estruturas do corpo humano);
- Museu do Amanhã - Rio de Janeiro – projeto expográfico com acessibilidade física (adequações arquitetônicas, piso tátil, sinalização em Braille e ampliada), áreas de visitação com recursos de comunicação e mediação acessíveis (audioguia com Audiodescrição, maquetes táteis, réplicas táteis e recursos multissensoriais de conceitos científicos abordados nos audioviduais das exposições).
- Centro de Memória Dorina Nowill - São Paulo – projeto expográfico com acessibilidade física (piso tátil, sinalização em Braille e ampliada), recursos de comunicação e mediação acessíveis (maquete tátil com audiodescrição, audioguia com audiodescrição, acervo tátil original, pranchas táteis, textos em

Braille e com caracteres ampliados);

- Instituto Itaú Cultural - São Paulo – exposições com projeto expográfico acessível (adequações arquitetônicas, piso tátil para visita autônoma, sinalização em Braille e ampliada), recursos de comunicação e mediação acessíveis (maquete tátil, audiodescrição, videoguia em Libras, textos em Braille e com caracteres ampliados, réplicas tátteis de obras e objetos expostos, pranchas tátteis de obras bidimensionais, vídeos com audiodescrição, Libras e legendas em português). Além das exposições, todos os eventos culturais (shows, espetáculos de teatro e dança, palestras, seminários, cursos, contações de histórias, oficinas, etc...) contam com acessibilidade comunicacional: interpretação em Libras, audiodescrição e legendas em português.
- MMGerdau – Exposição Circuito Pedras Sabidas – exposição permanente em cartaz no museu desde 2017, apresenta maquete tátil da Praça da Liberdade (complexo cultural que integra o museu), coleção geológica com recursos de acessibilidade comunicacional e informacional digitais (audiodescrição, Libras, legendas em português) e acervo tátil. Informações sobre a exposição no endereço: <https://mmgerdau.org.br/artigos/circuito-acessivel-interativo-pedras-sabidas-ampliacao-da-experiencia-museologica-dos-visitantes-com-deficiencia/>

Cursos/formações

- Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural – UFRJ – Curso de pós graduação Lato Sensu pioneiro no Brasil, ofertado em modalidade presencial em museus da UFRJ entre 2013 e 2020. Sua grade curricular era composta pelas disciplinas de Audiodescrição, Libras, Exposições Acessíveis, Tecnologias Assistivas, Direitos das Pessoas com Deficiência e Projetos Culturais Acessíveis. Formou 3 turmas e em 2022 está realizando adequações para oferta do curso em modalidade EAD.
- Curso de Acessibilidade em Museus – Programa Saber Museus – IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) – Curso de extensão em modalidade EAD

com carga horária de 20h, em plataforma com recursos de acessibilidade comunicacional. As temáticas do curso abordam as dimensões de acessibilidade física, comunicacional, informacional, atitudinal e o direito a participação e representação das pessoas com deficiência na temática das exposições. A oferta teve início em janeiro de 2020.

- Curso Arquitetura inclusiva e espaços culturais: da arquitetura à formação de público - módulo 1 e 2 - Escola Itaú Cultural – Curso de extensão em modalidade EAD com carga horária de 22h composto por vídeo-aulas e textos de apoio. Oferece acessibilidade comunicacional: vídeos com interpretação em Libras, legendas em português e audiolivros. A oferta teve início em maio de 2022.
- Curso de Especialização em Audiodescrição – PUC Minas – Curso de pós graduação Lato-Sensu em modalidade EAD. Oferece consultoria de acessibilidade comunicacional, informacional e atitudinal para os professores e tutoria para os alunos com deficiência. A primeira turma iniciada em 2021 está em fase de conclusão do curso e a segunda turma teve início em maio de 2022.

Guias de Acessibilidade em Espaços Culturais

- Guia de Acessibilidade Cultural da Cidade de São Paulo – Volumes 1 e 2 (2012 e 2014) – Instituto Mara Gabrilli. Guia realizado a partir do mapeamento e da avaliação de acessibilidade universal realizado em todos os espaços culturais do município de São Paulo – Cinemas, Teatros, Museus, Bibliotecas, Centros Culturais e Casas de Espetáculos. Todos os espaços culturais que ofereciam adequações mínimas de acessibilidade foram relacionados no guia, com a listagem completa das ofertas acessíveis. O guia foi publicado em texto impresso e em um portal com acessibilidade, seguindo as diretrizes do consórcio internacional W3C. A busca por espaços culturais no portal podia ser realizado por tipo de equipamento cultural, região da cidade e recursos de acessibilidade para públicos específicos.

Internacional

Campanhas Acesso a informação

- Direito a Informação Acessível - ACAPO – Portugal – Campanha pública de conscientização sobre o direito de acesso a informação para pessoas com deficiência visual. Acesso ao vídeo pelo Youtube:
<https://www.youtube.com/watch?v=XcA-eVcVw-4>
- GAAD Foundation - Global Accessibility Awareness Day – Campanha internacional de conscientização sobre acessibilidade a informação no desenvolvimento de produtos e serviços digitais e tecnológicos. Endereços para acesso ao portal da organização: <https://gaad.foundation/> e a campanha: <https://accessibility.day/>. Recentemente (em 2022) algumas instituições e órgãos do governo começaram a aderir a campanha, como a SMPED – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência da Cidade de São Paulo que divulgou material em suas redes sociais.



Publicações/Manuais e Guias

- Inclusive Digital Interactive – Best Practices + Research – Publicação lançada pelo Programa de Acessibilidade do Instituto Smithsonian em 2020 que apresenta Boas Práticas e Pesquisas sobre exposições com recursos de acessibilidade digital em museus do mundo todo. Disponível na página de Recursos para Profissionais de Museus do Programa de Acessibilidade do Instituto Smithsonian, no endereço: <https://access.si.edu/museum-professionals>

- Manual de Accesibilidad e Inclusión en Museos y Lugares de Património Cultural y Natural – Ediciones TREA – 2013 – Organizado pelos especialistas da Espanha Antonio Espinosa Ruiz e Carmina Bonmatí Lledó (Vilamuseu), com textos redigidos por grupos de autores espanhóis e brasileiros, a publicação oferece orientações detalhadas baseadas em pesquisas dos autores e com exemplos empíricos de todas as adequações de acessibilidade para pessoas com deficiência, idosos, pessoas com transtornos psíquicos e outros públicos. O Manual é comercializado em livrarias em versão impressa e E-book e se tornou uma grande referência na Espanha e nos países latino-americanos.
- Temas de Museologia – Museus e Acessibilidade – Instituto Português de Museus, 2004 – Guia que aborda os parâmetros ideais de adequações de acessibilidade universal em museus no âmbito das instituições portuguesas, aponta boas práticas realizadas em alguns dos museus do país e apresenta um diagnóstico geral das condições de acessibilidade dos mesmos. Organizado por Peter Colwell da ACAPO e por Elisabete Mendes da FENACERCI. Disponível para download no portal do Ibermuseus: <http://www.ibermuseos.org/pt/recursos/documentos/temas-de-museologia-museus-e-acessibilidade/>
- Guia Exhibitions for All – National Museums of Scotland – A practical guide to designing inclusive exhibitions – 2002 – Publicação com orientações práticas para adequações de acessibilidade em exposições adotado por vários países europeus, inclusive pelo Ibermuseus como base para o questionário de autoavaliação de acessibilidade oferecido gratuitamente pela instituição a partir de 2021. Disponível no endereço: https://www.rnib.org.uk/sites/default/files/Exhibitions_for_all_NMScotland.pdf
- Smithsonian Guidelines for Accessible Exhibition Design - Publicação com orientações práticas para adequações de acessibilidade em exposições adotado principalmente por museus e instituições culturais norte-americanas, baseada no American Disability Act (1990) - legislação norte-americana de

acessibilidade. A publicação teve sua última revisão no ano de 2011, mas não apresentou mudanças substanciais do conteúdo originalmente redigido na década de 1990. Pode ser acessado na página de Recursos para Profissionais de Museus do Programa de Acessibilidade do Instituto Smithsonian, no endereço: <https://access.si.edu/museum-professionals>

Museus

- Museus Smithsonian – Washington DC – Estados Unidos da América – Instituição federal norte-americana que administra mais de 20 museus, bibliotecas, centros de pesquisa e um Zoológico em Washington DC e em outros estados da federação. É referência em acessibilidade universal aplicada nos edifícios, exposições, ações educativas, publicações e empregabilidade. O programa de acessibilidade Access Smithsonian existe há aproximadamente 30 anos e é coordenado há mais de 20 anos pela especialista e militante Elizabeth Ziebarth. No website do programa são oferecidas diversas opções de visitas presenciais e online e informações de acesso para visitantes com deficiência, além de materiais de referência para profissionais de museus: <https://access.si.edu/>
- Canadian Museum of Human Rights: museu que aborda o tema dos direitos humanos de forma transversal em suas exposições e programas públicos. Foi criado com projeto de acessibilidade universal que contempla todo o edifício, as exposições e os programas educativos. Oferecem um aplicativo específico para os recursos de acessibilidade comunicacional disponíveis para visitas autônomas que pode ser baixado na App Store e Google Play. Todas as informações sobre os recursos de acessibilidade estão disponíveis no endereço: <https://humanrights.ca/visit/accessibility>
- Museu da Comunidade Concelhia da Batalha – Portugal – Museu regional criado em 2011 com acessibilidade universal – arquitetônica, comunicacional, informational e atitudinal que se tornou referência internacional. Desde sua inauguração já foi contemplado com prêmios nacionais e internacionais na área de museologia, cultura e acessibilidade. Em seu website oferece links

sobre os recursos de acessibilidade que promovem autonomia aos visitantes, sobre as pesquisas e recursos de educação e comunicação acessíveis realizadas pela equipe do museu e para baixar o audioguia com audiodescrição e o vídeoguia em Língua Gestual Portuguesa no endereço: <https://www.museubatalha.com/pt/recursos-de-acessibilidade-solucoes-inclusivas>

- Cité des Sciences et de L'Industrie - França – Centro de ciências francês projetado com acessibilidade desde sua concepção na década de 1980. Conta com projeto expográfico com acessibilidade física (adequações arquitetônicas, piso tátil, sinalização em Braille e com caracteres ampliados), recursos de comunicação e mediação acessíveis (rélicas tátteis, maquetes tátteis, audioguia com Audiodescrição e Videoguia em Língua Francesa de Sinais), atividades educativas e culturais com linguagem acessível e multissensorial. O programa de acessibilidade priorizava a contratação de colaboradores com deficiência para coordenar ações voltadas ao atendimento das diferentes deficiências na instituição. Também ofereciam cursos de formação sobre tecnologias assistivas e recursos de acessibilidade comunicacional para o público de pessoas com deficiência, profissionais de educação e museus. Atualmente o museu está fechado ao público em ocasião de greve dos colaboradores.
- British Museum – Reino Unido – Museu nacional com coleção histórica, de história natural e antropológica. É referência em acessibilidade universal aplicada no edifícios, exposições, ações educativas e publicações. Conta com recursos de informação e comunicação acessíveis e acervo tátil para visitantes com deficiência visual. Oferece guias de visitação com audiodescrição e BSL (Língua Inglesa de Sinais).
- Victoria and Albert Museum - Reino Unido - Museu nacional com coleção de artes decorativas. É referência em acessibilidade universal aplicada no edifício, exposições, ações educativas e publicações. Conta com recursos de informação e comunicação acessíveis e acervo tátil para visitantes com deficiência visual. Oferece guias de visitação com audiodescrição e BSL

(Língua Inglesa de Sinais). Oferece visitas com mediação acessível para pessoas com diferentes deficiências. Prioriza a contratação de pessoas com deficiência para a coordenação do programa.

- Museu Quai Branly – França – Museu com coleção nacional de Antropologia e Etnologia. É referencia em acessibilidade universal aplicada no edifício, exposições, ações educativas e publicações. Conta com recursos de informação e comunicação acessíveis e acervo tátil para visitantes com deficiência visual. Oferece guias de visitação com audiodescrição e FSL (Língua Francesa de Sinais). Oferece visitas com mediação acessível para pessoas com diferentes deficiências.
- Museu Municipal da Covilhã – Portugal – Museu histórico municipal que desenvolveu recursos de acessibilidade informacional e comunicacional para pessoas com deficiência visual: audiodescrição, textos em Braille, réplicas tátteis do acervo, pranchas tátteis com imagens em relevo, maquetes tátteis do núcleo histórico da cidade e do edifício do museu. Também conta com sinalização de piso tátil e em Braille, em 2021. Ganhou prêmio de Museu do Ano da APOM – Associação Portuguesa de Museus em 2022.
- Vilamuseu – Vila Joiosa – Espanha - Museu de arqueologia municipal com acessibilidade universal para pessoas com diferentes deficiências. Em 2016 inaugurou nova sede em edifício histórico, com projeto arquitetônico e expográfico totalmente acessível e com exposição de longa duração com todos os recursos analógicos e digitais de acessibilidade informacional, comunicacional e acervo tátil: audioguia com audiodescrição, videoguia em Língua de Sinais Espanhola, textos em Braille e com caracteres ampliados, réplicas tátteis do acervo, pranchas tátteis com imagens em relevo, maquetes tátteis, peças originais disponíveis para apreciação tátil e outros recursos inovadores. É uma referencia internacional em acessibilidade em museus, tendo recebido diversos prêmios internacionais. O diretor do museu, Antonio Espinosa Ruiz, uma das maiores referências na área, e outros membros da equipe ministram cursos de extensão e disciplinas sobre acessibilidade em museus em cursos de Pós Graduação na Espanha, Portugal e América

Latina.

Cursos e Formações

- Programa Unlimited – British Council – Reino Unido – Projeto criado no âmbito das Olimpíadas de Londres de 2012 para promover a participação das pessoas com deficiência na sociedade, sobretudo nos esportes (em decorrência da realização das Paralimpíadas) e no meio artístico. Na ocasião foram realizados diversos eventos para visibilizar a produção de artistas com deficiência de atuações diversas: artes visuais, teatro, dança, música, etc... O Programa também oferece formações para produtores culturais e trabalhadores dos setores criativos com e sem deficiência em países com os quais realiza ações colaborativas (entre 2014 e 2016 trouxeram o programa para o Brasil por ocasião das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, realizando intercâmbio cultural com artistas com deficiência do Brasil e Reino Unido) e disponibiliza publicações sobre temas diversos ligados a acessibilidade cultural em seu website no endereço:
<https://weareunlimited.org.uk/>

- Programa Ibermuseus – Desde 2020 o Ibermuseus (programa de colaboração internacional de museus da Ibero-américa) vem realizando cursos na área de acessibilidade em museus em modalidade online e presencial em parceria com museus e instituições de países iberoamericanos. Em 2021 foi lançado um questionário de autoavaliação de acessibilidade para museus realizado em parceria com a Direção Geral do Patrimônio Cultural de Portugal disponível no endereço:
<http://www.ibermuseos.org/pt/recursos/noticias/museus-acessiveis/>

Guias turísticos com roteiros acessíveis

- Madrid Accesible en 7 días – Empresa Municipal Madrid Destino, Cultura, Turismo y Negocio e PREDIF – Espanha. Guia de turismo com informações sobre roteiros de turismo acessível na cidade de Madrid e opções de visitas guiadas acessíveis. Disponível em versão impressa e PDF Acessível com

acesso via QR Code.

7. Melhores práticas nacionais e internacionais sobre promoção, difusão e fomento às políticas públicas de cultura que tenham como alvo agentes culturais com deficiência.

Nesse capítulo começaremos com a apresentação das boas práticas internacionais, considerando que, no fomento as políticas públicas de cultura destinadas a artistas, pesquisadores e agentes culturais com deficiência, especificamente, perfazem um conjunto com maior tradição e alcance em comparação ao cenário nacional.

Entretanto, nos últimos anos, novas iniciativas de qualidade legitimada pelos usuários, vem sendo criadas no Brasil, e nesse sentido já podemos prever, que em um futuro próximo se tornarão referência, a exemplo das práticas de acessibilidade cultural e promoção de acesso a informação em instituições culturais nacionais apresentadas no capítulo anterior.

Boas Práticas Internacionais

- Programa Very Special Arts – Kennedy Center – EUA - Programa criado em 1974 por Jean Kennedy Smith, no Kennedy Center Performing Arts, em Washington, D.C., com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da capacidade de criação artística das pessoa com deficiência. Oferece formação para professores de modalidades artísticas e profissionais de instituições culturais, financiamento para desenvolvimento de projetos locais, rede de centros de formação artística especializados na orientação de artistas com deficiência, programa de tutoria e intercâmbio para artistas com deficiência e outros. Trabalha com diversas linguagens artísticas como artes visuais, teatro, dança, música, literatura, etc... É a maior referência internacional no incentivo a formação de artistas e profissionais da área de arte e cultura com deficiência, com amplo reconhecimento por parte de organizações internacionais como a UNESCO e o ICOM (International Council of Museums). Desde o início da década de 1980 criou representações

junto a órgãos do governo em vários países. Em 1988 foi trazido para o Brasil pela FUNARTE sob o título de Very Special Arts/Brasil e foi descontinuado no início da década de 2010. (o Very Special Arts/Brasil será descrito nas Boas Práticas Nacionais). As informações atualizadas sobre o programa, projetos específicos e notícias podem ser conferidos no endereço:
<https://www.kennedy-center.org/education/vsa/>

- Art Beyond Sight - EUA – Organização não governamental norte-americana, criada há 30 anos pelo educador e pesquisador John Kennedy. Oferece orientação de forma gratuita para museus, espaços culturais, Ongs e escolas norte-americanas para criação de projetos de acessibilidade cultural e oportunidades de formação para artistas com deficiência. Durante muitos anos realizou a Conferência bienal “Multimodal Approaches to Learning” com ampla participação de artistas, produtores culturais, pesquisadores e curadores com deficiência com o objetivo de visibilizar seu protagonismo para o público do evento, formado por profissionais de instituições culturais, professores, funcionários de agências governamentais e órgãos internacionais com e sem deficiência. O público das conferências também contava com pessoas com deficiência interessadas no universo artístico e cultural. Há alguns anos a organização passou por algumas dificuldades financeiras e estruturais, fazendo com que as conferências, que ocorriam a cada dois anos fossem interrompidas, e com a desativação de sua página web, que oferecia cursos em EAD e publicações de orientação sobre desenvolvimento de recursos de acessibilidade cultural. Atualmente divulgam suas ações e projetos em um blog. Entre seus projetos atuais está o “ABS Art and Disability Institute (ADI)”, um programa crítico de estudos, estúdio e desenvolvimento profissional desenvolvido para fornecer aos artistas visuais, curadores, historiadores da arte e críticos que se auto-identificam como pessoas com deficiência, e para aqueles cujo trabalho esteja engajado com temas ligados a acessibilidade, ferramentas para articular, contextualizar e desenvolverativamente ideias e remover barreiras para alcançar todo seu potencial profissional e criativo.⁸

⁸ Fonte: Blog Art Beyond Sight Disponível em <<https://artbeyondsight.wordpress.com/projects/>>

- Museo Tiflológico da ONCE – Espanha – museu da Organização Nacional de Cegos da Espanha com sede em Madrid. Oferece ao público exposições de longa duração sobre a história das pessoas com deficiência visual, sala de maquetes táteis de monumentos do mundo todo e uma galeria de arte com obras de artistas com deficiência visual contemplados com premiações em salões de arte promovidos pela instituição e pelo comissionamento de trabalhos. Por ser um museu com acessibilidade universal, recursos de comunicação multissensoriais e com o acesso tátil as coleções expostas para todos os visitantes, atrai um público amplo, que passa a conhecer e reconhecer o papel das pessoas com deficiência no desenvolvimento social, cultural e artístico do país.
- Programa Unlimited - Reino Unido - Projeto criado no âmbito das Olimpíadas de Londres de 2012 para promover a participação das pessoas com deficiência na sociedade, sobretudo nos esportes (em decorrência da realização das Paralimpíadas) e no meio artístico. Na ocasião foram realizados diversos eventos para visibilizar a produção de artistas com deficiência de atuações diversas: artes visuais, teatro, dança, música, etc... O Programa também oferece formações para produtores culturais e trabalhadores dos setores criativos com e sem deficiência em países com os quais realiza ações colaborativas (entre 2014 e 2016 trouxeram o programa para o Brasil por ocasião das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, realizando intercâmbio cultural com artistas com deficiência do Brasil e Reino Unido) e disponibiliza publicações sobre temas diversos ligados a acessibilidade cultural em seu website no endereço:
<https://weareunlimited.org.uk/>
- Shape Arts – Reino Unido – Organização cultural independente criada e gerida por pessoas com deficiência que oferece oportunidades para artistas com deficiência, treinamentos e capacitações para espaços culturais abrirem suas portas para pessoas com deficiência e desenvolvimento de programas participativos com organizações públicas e privadas. Em 2014, alguns de seus consultores ministraram oficinas no Brasil por meio da parceria com o Programa Unlimited do British Council. Um de seus projetos atuais é a

“National Disability Arts Collection and Archive” um repositório digital sobre a atuação dos artistas com deficiência no Reino Unido, disponível no endereço: <https://the-ndaca.org/>. As ações e consultorias desenvolvidas pela organização podem ser consultadas no endereço: <https://www.shapearts.org.uk/>

- Pyramid Arts Centre – Reino Unido – Instituição voltada a formação e tutoria de artistas com deficiência intelectual na cidade de Leeds. Oferece cursos regulares de artes visuais, teatro e música para pessoas com deficiência intelectual e Neurodiversidades e programas de residência com tutoria individual com foco no desenvolvimento do processo criativo dos artistas participantes das ofertas da instituição. Realizam exposições individuais e coletivas dos artistas que frequentam suas ofertas em museus e centros culturais da cidade de Leeds e da região de Yorkshire.
- Demonstra – Portugal – Projeto de pesquisa e reconhecimento da produção de artistas contemporâneos com deficiência realizado pelo artista e pesquisador brasileiro com deficiência Daniel Moraes, contemplado com apoio da Direção Geral das Artes de Portugal em 2021. O projeto, finalizado em 2022, realizou residência para artistas com deficiência, um seminário e uma exposições online dos artistas residentes, disponíveis para acesso no endereço: <http://demonstra.pt/sobre/>

Boas Práticas Nacionais

- Very Special Arts/Brasil Arte sem Barreiras – FUNARTE – O programa Very Special Arts do Kennedy Center (EUA) foi trazido ao Brasil em 1988 pela professora e ativista Albertina Brasil por meio da FUNARTE. Promoveu projetos de formação artística em linguagens diversas tendo como público alvo pessoas com deficiência e com transtornos mentais. Também criou o festival nacional Sem Limites, em várias capitais de Estados do país, com mostras de artes visuais, teatro, cinema, dança, música e literatura para conferir reconhecimento para os artistas com deficiência brasileiros. Foi

descontinuado no início da década de 2010.

- Estação Especial da Lapa – São Paulo – Espaço destinado a formação artística e profissionalizante, com oferta de práticas esportivas e centro de reabilitação destinado para pessoas com deficiência, com mais de 14 anos, na cidade de São Paulo e criado por meio do Fundo de Solidariedade Estadual de Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo no ano de 1990. Em 2007 passou para administração da Secretaria Estadual da Saúde que transformou o edifício em Centro de Reabilitação vinculado a Rede Lucy Montoro.
- Programa Igual Diferente – MAM-SP – São Paulo – programa de formação artística criado pelos educadores do museu no ano de 2001, com oferta de cursos de arte contemporânea em Libras para jovens surdos e de modalidades artísticas para pessoas com transtornos psíquicos. Em 2006, passou a ampliar a oferta de cursos com adequações para pessoas com deficiência visual, deficiência intelectual e surdocegueira. Foi pioneiro na colocação profissional de educadores, consultores e professores com deficiência, sendo o primeiro museu do Brasil a contratar um educador surdo, Leonardo Castilho, que trabalhou durante aproximadamente 15 anos na instituição. A partir das experiências desenvolvidas no programa, o museu passou a implementar ofertas de acessibilidade em sua programação regular, por meio de visitas educativas com recursos de acessibilidade, audioguias com audiodescrição e videoguias em Libras para visitas autônomas nas exposições temporárias e no Jardim de Esculturas, publicações com versões acessíveis (Libras, audiolivro, PDF acessível) e eventos culturais e artísticos relacionados a temáticas de acessibilidade, como a Sensity (Rave da comunidade surda com efeitos multissensoriais). Em 2010 o programa passou a ser gerido pela recém criada Área de Acessibilidade de museu. É considerado uma referência internacional por seu pioneirismo e militância junto a comunidade de pessoas com deficiência, sobretudo com o público Surdo, com várias premiações em nível nacional.
- Projeto Deficiente Residente – Museu do Futebol – São Paulo – Residência

cultural remunerada para educadores, produtores culturais, consultores e atletas com deficiência que tem o objetivo de qualificar o atendimento às pessoas com deficiência que visitam o museu. Os residentes auxiliam a equipe de educadores e de atendimento ao público na eliminação de barreiras atitudinais, no aprimoramento dos recursos de acessibilidade originalmente criados para a exposição de longa duração, no desenvolvimento de jogos educativos inclusivos, e nas adequações físicas e comunicacionais no espaço expositivo. O projeto teve início em 2010 e é referência nacional em acessibilidade para Museus. Em 2019, pela primeira vez contou com um residente atleta: Alex Firmino, jogador de Futebol de Amputados.⁹

- Residência Incluir – MAM-RJ – Criado em 2021 e atualmente realizando seleção para 2^a edição, é um programa voltado para participação de pessoas com deficiência interessadas em arte, cultura e educação. Cabe aos residentes acompanhar a equipe do MAM Rio por dois meses, participando de atividades online e presenciais para propor adequações de acessibilidade e novos projetos educativos e culturais acessíveis. Os selecionados recebem remuneração.

- Curso Práticas Acessíveis para Projetos Culturais - Arte em Libras – Ceará – Projeto que oferece cursos e formações com temáticas relacionadas a acessibilidade cultural, e com participação de artistas e ativistas com deficiência no corpo docente. Conta com interpretação em Libras, legendas em português e audiodescrição com o objetivo de contribuir com a formação de artistas, produtores culturais e educadores com deficiência. As informações sobre o curso e formações são divulgados nas redes sociais do projeto e podem ser acessados no portal:
<https://artemlibras.com.br/index.php/formacoes/>

- Museu das Vozes Diversas – Projeto criado por um coletivo de artistas e

⁹ Fonte Website do Museu do Futebol – disponível em <<https://museudofutebol.org.br/acessibilidade/projeto-deficiente-residente/>>

artivistas com deficiência, totalmente online. As propostas de debates e formações abertas propostas pelos artistas “ocupam” redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter) e propõe debates interseccionais entre pessoas com deficiência; mulheres; pessoas negras, pardas e indígenas; pessoas LGBTI+, e representantes de outros coletivos. O endereço do portal do museu é: <https://www.vozesdiversas.com/>

- Arte e Acesso – Portfólio coletivo de artistas com deficiência – Itaú Cultural – SP – Página web que disponibiliza um mapeamento de artistas com deficiência nas cinco regiões do país e por modalidade de atuação (artes visuais, teatro, literatura, dança, audiovisual, etc...) A pesquisa foi realizada pelos produtores culturais Vinícius Magnun e Maria Zelada, a partir da última edição do Programa Entre Arte e Acesso da instituição, entre 2020 e 2021, com participação de artistas com deficiência. O mapeamento está disponível no endereço: <https://www.itaucultural.org.br/arteeacesso/>
- Programa Arte de Toda Gente / Projeto “Um Novo Olhar” – Funarte/UFRJ – Conjunto de ações de produção e difusão de vídeos sobre o processo criativo de artistas com deficiência, seminários e cursos sobre acessibilidade na arte na cultura, em caráter online. Teve início durante a Pandemia do Covid-19, em 2020. Os vídeos sobre os artistas e com os cursos e eventos gravados estão disponíveis em um canal do Youtube do Arte de Toda Gente: <https://www.youtube.com/c/ArteDeTodaGente> . Os novos cursos são divulgados nas redes sociais do projeto e realizados em plataformas online para participantes inscritos.
- Entre Arte e Acesso – Instituto Itaú Cultural – SP – O projeto começou como um encontro de debates e seminário, no ano de 2014, no âmbito das ações de acessibilidade promovidas pela instituição. Realizado a cada dois anos, passou a oferecer oficinas de formação (em 2016 em parceria com o British Council/Programa Unlimited) e contar com a participação de artistas, pesquisadores e educadores com deficiência na programação das mesas-redondas e palestras e com a apresentação de artistas com deficiência em espetáculos de teatro e performances artísticas. Em 2022 o programa, que

está com as inscrições abertas no presente momento, irá selecionar oito projetos artísticos e/ou de pesquisa, que receberão acompanhamento/tutoria de artistas e produtores culturais com deficiência, serão remunerados e irão compor a mostra que será realizada em novembro de 2022. As informações e inscrições estão disponíveis no endereço:

<https://www.itaucultural.org.br/entre-arte-acesso-inscricoes-artistas-deficiencia>

8. Metodologia a ser utilizada para a elaboração dos demais produtos da consultoria

A metodologia para elaboração dos demais produtos da consultoria está relacionada em tópicos, enfatizando o caráter prático e propositivo da mesma, de acordo com a demanda apresentada em reuniões com a SECEC-DF.

Produto 2 – Mapeamento das condições de acessibilidade dos espaços culturais da SECEC-DF

- Realização de visitas técnicas presenciais, acompanhadas por colaboradores dos espaços culturais;
- Adoção de modelos de avaliação em acessibilidade para espaços culturais constantemente atualizados e desenvolvidos pela consultora para o Guia de Acessibilidade Cultural da Cidade de São Paulo (2012-2014), da tradução e adequação do questionário proposto pela publicação do Australian Museum e do National Museum of Australia “Many Voices Making Choices” (2005) e da ferramente de auto-avaliação ofertada pelo IBERMUSEUS (2021);
- Registro Fotográfico das visitas;
- Levantamento e indicação das principais adequações de acessibilidade necessárias com base nos critérios constantes no Termo de Referência, com detalhamento das principais adequações a serem implementadas com base na experiência de mais de 20 anos em pesquisas acadêmicas na área, em projetos culturais acessíveis desenvolvidos e no constante diálogo com

consultores e pesquisadores com pessoas com deficiência;

Produto 3 – Diagnóstico das principais barreiras enfrentadas pelo público, artistas, educadores, produtores culturais e pesquisadores com deficiência nos espaços culturais da SECEC-DF

- Realização de audiências públicas online para escuta do público, educadores, pesquisadores, ativistas e agentes culturais com deficiência do Distrito Federal em relação as barreiras enfrentadas no acesso aos espaços, programações culturais e oportunidades de participação;
- Elaboração de roteiros de questões abertas e pontos de reflexão para condução das audiências públicas com diferentes públicos;
- Cruzamento dos dados colhidos nas audiências de escuta pública dos usuários e agentes culturais com deficiência com os relatórios de acessibilidade dos espaços culturais realizado para o Produto 2;
- Levantamento de pesquisas científicas com temáticas correlatas ao acesso a cultura e as oportunidades de desenvolvimento de carreiras artísticas realizadas por pesquisadores e artistas com deficiência, para embasar as conclusões do diagnóstico.
- Análise do grau de satisfação, das adequações e das melhorias necessárias, dos editais de fomento a cultura da SECEC-DF, publicados entre 2018 e 2022, tendo como base as avaliações e comentários dos participantes das audiências.

Produto 4 Manual/Cartilha de Acessibilidade

- Estruturação do manual/cartilha com um sumário objetivo pautado em temas práticos e propositivos;
- Uso de linguagem acessível para benefício de pessoas com formações diversas;
- Redação pautada nos resultados dos produtos 1, 2 e 3 que compõe a consultoria, com ênfase nos depoimentos e considerações colhidas no

processo de escuta do público e agentes culturais com deficiência;

- Conteúdo direcionado para os servidores da Administração, para o público e agentes culturais com deficiência;
- Ilustração com fotografias de projetos realizados em espaços e projetos de referência internacional, com legendas comentadas e descrição das imagens;
- Fornecimento de orientações para produção da cartilha em formatos acessíveis: Braille, caracteres ampliados e áudio-livro (sob demanda), Libras com legenda em português e Escrita Simples;
- Entrega do produto em formato PDF acessível para livre divulgação disponibilização da SECEC-DF;
- Redação da cartilha com Falar das cartilhas/manuais já realizados – considerar os parâmetros atuais dos estudos da deficiência, o processo de escuta e a realidade do DF.

Produto 5 Formação + Relatório final

- Estruturação dos cursos presenciais e online com temas propositivos, exemplos pautados em experiências empíricas, referenciais teóricos e depoimentos de pessoas com deficiência, apresentação e breve análise de boas práticas nacionais e internacionais;
- Realização dos cursos online e presenciais para servidores dos espaços culturais da SECEC-DF e agentes culturais com deficiência com uso de linguagem dinâmica e proposições de exercícios vivenciais e reflexões pautadas nos exemplos e boas práticas apresentadas;
- Os cursos em modalidade presencial contarão com dinâmica/vivência multissensorial para sensibilização dos participantes;
- No caso de uso de materiais audiovisuais, serão utilizadas as versões com acessibilidade comunicacional: Libras, legendas em português e audiodescrição;
- Serão oferecidas aos participantes listas de referencias bibliográficas e materiais (publicações, portais, websites) disponíveis online para aprofundamento, com foco na temática e público alvo de cada curso.

9. Referências

A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada /Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital _ Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

ALVES, Camila Araújo. **E se experimentássemos mais?**. 1a edição. Rio de Janeiro: Editora Appris, 2020.

CAMBIAGHI, Silvana; CARLETTTO, Ana Claudia. **Desenho Universal: um conceito para todos**. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2007.

CARDOSO, Eduardo. & CUTY, Jeniffer. **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012.

CARDOSO, Eduardo. **Design para Experiência Multissensorial em Museus: fruição de objetos culturais por pessoas com deficiência visual** / Eduardo Cardoso. (2016). Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Design, Porto Alegre, 2016. 533 f.

CARDOSO, Eduardo; KOLTERMANN, Tânia Luisa da Silva. **Recursos para Acessibilidade em Sistemas de Comunicação para Usuários com Deficiência**. Design & Tecnologia – 02 - 2010. Revista do Programa de Pós Graduação em Design e Expressão Gráfica. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

COHEN, Regina. DUARTE, Cristina. BRASILEIRO, Alice. **Acessibilidade a Museus**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Vol. 2, Cadernos Museológicos, 2012.

KASTRUP, Virgínia; MORAES, Márcia (org.). **Exercícios de ver e não ver: Arte e pesquisa COM pessoas com deficiencia visual**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2010.

LANDMAN, Peta; FISHBURN, Kierstein; KELLY, Lynda; TONKIN, Susan. **Many Voices Making Choices: museum audiences with disabilities**. Sydney: Australian Museum – National Museum of Australia, 2005.

MARTINS, Patrícia Roque. **Museus (in)capacitantes: deficiência, acessibilidade e inclusão em museus de arte**. 1a edição. Lisboa: Caleidoscópio, 2017.

Nada sobre nós sem nós: relatório final 16 a 18 de outubro de 2008/Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência. Rio de Janeiro, RJ: ENSP/Fiocruz, 2009.

RUIZ, A. E. LLEDÓ, C. B. (org). **Manual de accesibilidad e inclusión em museos y lugares del patrimonio cultural y natural**. Asturias: Ediciones Trea, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em:
[<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>](http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf).

MINISTÉRIO DO TURISMO/SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA. **Plano Nacional de Cultura**, 2010. Disponível em
<http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/29/>

SALASAR, Desirée Nobre. **Patrimônio para todos e as políticas culturais no Brasil: os museus federais sob os princípios do Desenho Universal** / Desirée Nobre Salasar. – 263f. : il. – Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas, 2020.

SARRAF, Viviane Panelli. **Direito e acesso ao patrimônio cultural: reflexões sobre humanidades digitais no contexto dos museus e os novos desafios da Pandemia do Covid-19** in: Museologia e Interdisciplinaridade, Revista do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília: Dossiê Museologia e Cultura Digital. Brasília: Universidade de Brasília, 2021. p.123 – 132.

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade em Espaços Culturais: Mediação Comunicação Acessível**. São Paulo: EDUC, 2015.

SARRAF, Viviane Panelli. **Reabilitação do Museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade**. 2008, 180 fls. II. Dissertação de Mestrado – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2008.

SARRAF, Viviane Panelli. **A Comunicação dos Sentidos nos Espaços Culturais Brasileiros: estratégias de mediações e acessibilidade para pessoas com suas diferenças**. 2013. 285 fls II. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SETUBAL, Joyce Marquezin; FAYAN, Regiane Alves Costa (orgs.) **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Comentada**. Campinas: Fundação FEAC, 2016.

